

**FINANCIADOR**  
Instituto Avon/

**RESPONSABILIDADE E EXECUÇÃO**  
Rede NAMI



INSTITUTO  
AVON

---

**GRAFFITI**  
PELO FIM DA  
VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA

PESQUISA  
“GERAÇÃO MARIA DA  
PENHA: PERCEPÇÕES  
SOBRE A VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA CONTRA  
A MULHER”

**COORDENAÇÃO GERAL E CAMPO**  
Rede NAMI

**COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO**  
Panmela Castro

**CONSULTORES**  
Sistematização, análise e redação do relatório  
Marina Sidrim Teixeira<sup>1</sup>

Processamento  
Luiz Marcelo Carvano<sup>2</sup>

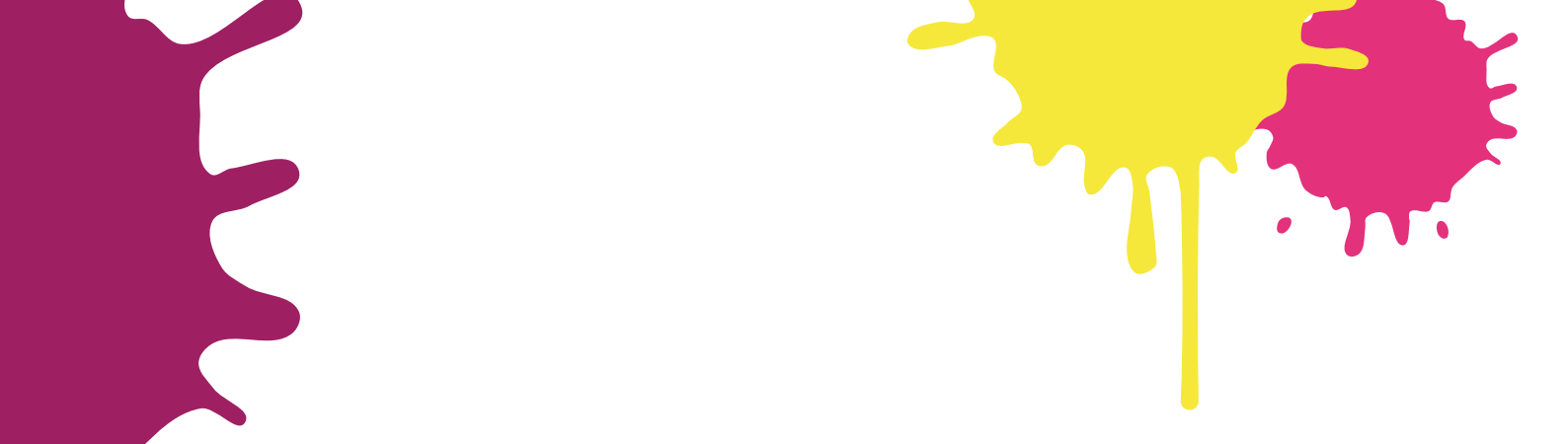
**DIGITAÇÃO**  
Norma Ramos Batista

**REVISÃO DO RELATÓRIO**  
Diogo Henriques

---

*1. Socióloga, tecnóloga sênior em informação geográfica e estatística aposentada do IBGE, mestre em filosofia da educação, pesquisadora, consultora de metodologia de pesquisa, coordenadora de pesquisa do Instituto Noos. Diretora do Instituto Fatos de Consultoria e Pesquisa.*

*2. Sociólogo com especialização em Banco de Dados: Data Warehousing, Data Mining e Gestão do Conhecimento nas Empresas, organizado pela Coordenação Central de Extensão da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente da Pesquisa social.com.*



“Graffiti Pelo Fim da Violência Doméstica” é o nome da campanha da Rede NAMI, financiada pelo Instituto Avon, lançada em 2013, na cidade do Rio de Janeiro e, em 2014, no Brasil. A ideia da campanha era promover o conhecimento acerca da lei Maria da Penha e todo o seu conjunto de ferramentas, trabalhando essencialmente com a juventude, na prevenção, de forma que rapazes não viessem a se tornar agressores e moças vítimas, ou vice e versa. O ponto de partida foi um dos achados da pesquisa do Instituto Avon/IPSOS, “Percepções Sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher No Brasil”, de 2011, segundo o qual 94% das pessoas declararam lembrar-se da Lei, mas apenas 13% acreditavam saber muito ou bastante a respeito dela.

Com alguns recortes, destacou-se a faceta da campanha “Na escola”, onde o grupo de grafiteiras da NAMI visitou 34 unidades escolares públicas do Município e Estado do Rio de Janeiro a fim de criar um diálogo com adolescentes de 14 a 19 anos, desconstruindo os estereótipos de gênero, repensando a posição da mulher em nossa sociedade, entendendo a violência doméstica e, principalmente, conhecendo as ferramentas da Lei Maria da Penha. Todo este processo usando a ferramenta lúdica do graffiti. O acesso às escolas foi possível graças à parceria estabelecida com a Secretaria Estadual de Educação.

Logo na fase inicial do projeto, percebemos o diferencial desta parcela de jovens em relação às gerações anteriores: eram pessoas que entraram na adolescência já com a Lei Maria da Penha em vigor, ou seja, em um ambiente em que violência doméstica é crime. Diante desta cena, entendemos a importância de se registrar a percepção desta faixa etária em relação à temática e assim surgiu a pesquisa que decidimos chamar de “Geração Maria da Penha”. Foram registradas as informações referentes a 976 jovens que participaram de 32 oficinas. Com o lançamento dos resultados deste levantamento veio a tona um cenário onde ainda persistem percepções enraizadas na cultura antiga, mas muito mais aberto à novas tendências.

Com esse estudo baseado no público com quem o projeto “Graffiti Pelo Fim da Violência Doméstica” trabalhou, a Rede NAMI espera contribuir para a reflexão sobre o problema e oferecer subsídios para fundamentar o trabalho de todos aqueles – organismos públicos e privados, associações de bairro, lideranças comunitárias, acadêmicos e leigos – envolvidos em encontrar formas de fortalecer o Brasil rumo ao fim da violência doméstica.

Lançamos este documento em 7 de agosto de 2014, aniversário da Lei Maria da Penha com um grande mural, releitura de um dos muros criados pelos alunos das escolas participantes do projeto, celebrando a mulher e toda a vitória e as transformações que esta importante Lei oferece para a sua autonomia.

PANMELA CASTRO

*PRESIDENTE REDE NAMI*





AS ESTATÍSTICAS MOSTRAM QUE A LEI MARIA DA PENHA JÁ CONQUISTOU O IMPORTANTE OBJETIVO DE DAR UMA MAIOR VISIBILIDADE AO TEMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MOSTRANDO PARA HOMENS E MULHERES QUAIS SÃO SEUS DIREITOS E DEVERES. MAS ACREDITO QUE DUAS MEDIDAS SÃO NECESSÁRIAS PARA QUE A LEI SE TORNE AINDA MAIS EFETIVA. A PRIMEIRA REFERE-SE À INSTALAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DOS AGRESSORES, QUE POSSIBILITARÃO DISCUSSÕES SOBRE O TEMA COM OS HOMENS, HAVENDO ASSIM UMA POSSIBILIDADE DE TÉRMINO DO CICLO DA VIOLÊNCIA. A SEGUNDA É A REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PREVENTIVA VOLTADAS AO PÚBLICO ESCOLAR E À SOCIEDADE EM GERAL. SOMENTE COM INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO SERÁ POSSÍVEL DIMINUIR O PROBLEMA NAS FUTURAS GERAÇÕES.



## MARCELO ANÁTOCLES.

JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

*In: AVON/DATA POPULAR. Pesquisa Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Rio de Janeiro, 2013, p. 14*

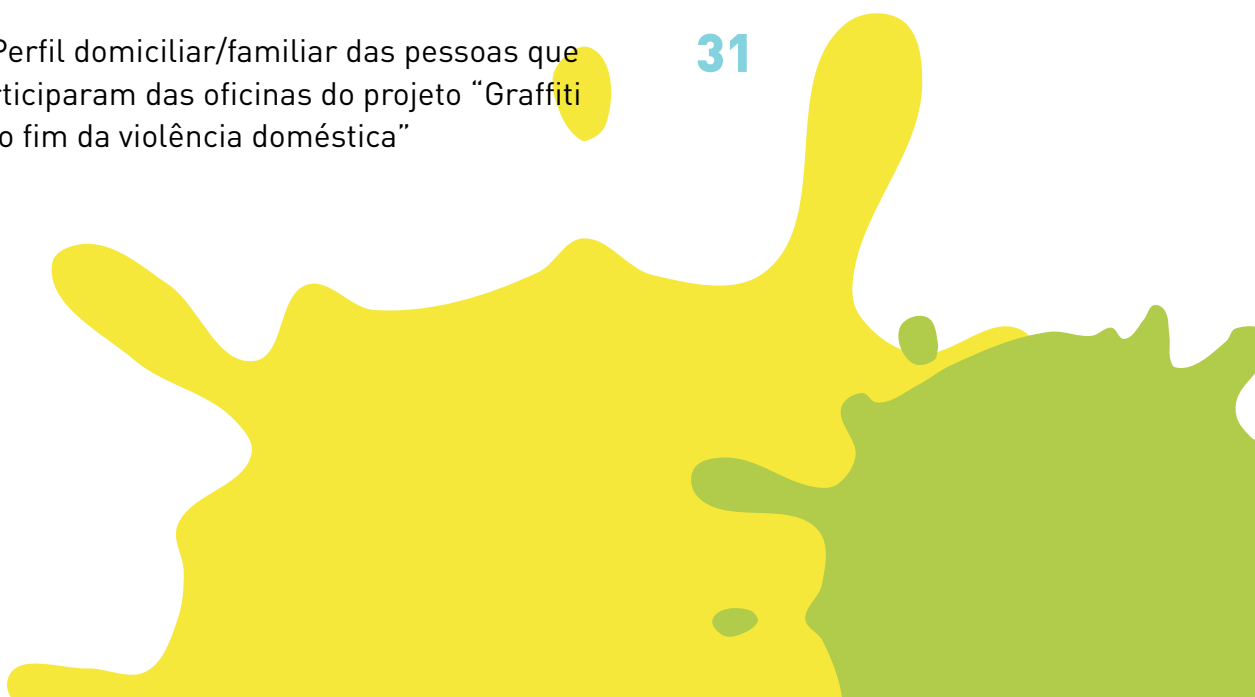
# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO 08

- |  |    |
|--|----|
| 1. Objetivos do projeto e da pesquisa  | 08 |
| 2. A pesquisa                          | 09 |
| 3. O levantamento dos dados            | 11 |
| 4. Processamento e análise dos dados   | 14 |
| • Entrada de dados e digitação         | 16 |
| • Limpeza dos dados                    | 19 |
| • Processamento das tabelas e gráficos | 20 |
| 5. Conteúdo deste relatório            | 21 |

## BREVE CONCEITUAÇÃO DO TEMA DA VIOLÊNCIA 24

## SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 29

- |   |    |
|---|----|
| 1. Perfil individual das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”          | 29 |
| 2. Perfil domiciliar/familiar das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica” | 31 |
- 

3. Percepções acerca do conhecimento, da identificação e do dimensionamento do problema da violência doméstica	36
4. Percepções acerca da violência doméstica contra a mulher e das ferramentas disponíveis para o seu enfrentamento	40
• Percepções sobre os motivos que levam à violência contra as mulheres	40
• Percepções sobre por que uma mulher que sofre violência doméstica às vezes não se separa	42
• Percepções sobre as ferramentas que a mulher possui para enfrentar a violência doméstica	44
5. Experiência pessoal com a questão da violência doméstica	53

## PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA 58

Sobre as pessoas participantes e suas famílias	58
Sobre conhecimento, identificação e dimensionamento do problema da violência doméstica	60
Sobre a violência doméstica contra a mulher e as ferramentas disponíveis para o seu enfrentamento	60
Sobre a experiência pessoal com a questão da violência doméstica	63

## CONCLUINDO 65

## BIBLIOGRAFIA CITADA 67





## 1. Objetivos do projeto e da pesquisa<sup>1</sup>

A presente pesquisa, denominada “Geração Maria da Penha: percepções sobre a violência doméstica contra a mulher”, insere-se na Campanha Instituto Avon: “Graffiti pelo fim da Violência Doméstica”, desenvolvida pela NAMI – Rede Feminista de Arte Urbana ([www.re-denami.com](http://www.re-denami.com)). É um projeto pelo fim da violência doméstica que visa promover e divulgar a Lei Maria da Penha.

Para tanto, foram realizadas 32 oficinas, cada uma com 4 horas de duração, em escolas da rede pública de ensino, usando o grafite como ferramenta de comunicação. As escolas foram indicadas pela Secretaria Estadual de Educação, com quem a Rede NAMI fez uma parceria. O público do projeto era composto de jovens entre 14 e 19 anos de idade que estudam no ensino médio dessas instituições. A intenção era conscientizá-los de seus direitos e de seu posicionamento na sociedade, prevenindo a formação de futuros agressores e vítimas.

Para mobilização dos/as participantes, integrantes da Rede NAMI visitaram as escolas selecionadas, repassaram a seus dirigentes a metodologia que seria seguida nas oficinas e distribuíram *folders* para os/as alunos/as. Aqueles/as que demonstraram interesse inscreveram-se e participaram das oficinas.

Nas oficinas foi utilizada dinâmica baseada na técnica do Teatro do Oprimido desenvolvida por Augusto Boal, que alia teatro a ação social, com o intuito de provocar uma discussão positiva sobre a questão da desigualdade, mediada por um profissional especialista na temática, e promover informações para o enfrentamento da questão da violência doméstica.

Após o debate os/as participantes eram convidados a grafitar com *sprays* e pincéis um mural coletivo sobre a temática abordada, construindo assim um símbolo do enfrentamento da desigualdade, da violência e da discriminação, que continuará multiplicando sua mensagem por todo o tempo em que permanecer exposto. Baseado em experiências anteriores da Rede NAMI com oficinas com jovens, o

1. Esta seção do relatório é totalmente baseada no texto do projeto original elaborado pela Rede NAMI e aprovado pelo Instituto Avon, que foi o financiador.





projeto entende que os jovens tornar-se-ão multiplicadores passando adiante o aprendizado para seus amigos/as, namorados/as e familiares diretamente e por meio de suas redes sociais, gerando um incalculável número de beneficiários indiretos do projeto.

O grafite<sup>2</sup> tem sido reconhecido como uma potente ferramenta de comunicação. Faz parte do imaginário popular e do cotidiano dos jovens. É uma ferramenta de sedução para dialogar com eles. No projeto, é através dele que a sua atenção é atraída para o tema da violência.

A oficina é o início da campanha que promove o debate público pelo fim da violência doméstica com desdobramento em outras mídias<sup>3</sup> como *site*, mural urbano, vídeo e pesquisa sobre a percepção da violência doméstica pelo público-alvo.

- Resumindo, o objetivo geral do projeto foi divulgar a Lei Maria da Penha, instrumento legal para resguardar o direito das mulheres à integridade moral e física, pelo fim da violência doméstica, através da realização de 32 oficinas de grafite em escolas públicas da rede pública de ensino médio no Rio de Janeiro.

Já os objetivos específicos mencionados no projeto são:

- Transformar 780 jovens em promotores da Lei Maria da Penha.
- Pautar o fim da violência doméstica na mídia e destacá-la no cotidiano do grande público da cidade do Rio de Janeiro.
- Proceder ao registro das ações do projeto.
- Criar campanha virtual contra a violência doméstica.
- Realizar pesquisa sobre as percepções dos jovens participantes das oficinas sobre violência doméstica.

## 2. A pesquisa

O texto do projeto fala muito pouco sobre a pesquisa, mencionando-a apenas duas vezes:

- A primeira, na matriz lógica, ao referir-se ao objetivo específico, diz na coluna “ação correspondente”: “formulário de pesquisa será distribuído ao término de cada oficina”. E na coluna “resultado esperado”: “criar estatísticas da violên-

2. Vale destacar que o Brasil foi o primeiro país a descriminalizar o grafite, legalizado pela Lei nº 12.408 de 25 de maio de 2011. No seu artigo 65, a lei estabelece as condições dentro das quais a atividade é plenamente legal. Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm)>.

3. Durante a Copa do Mundo, a cada jogo, a Rede NAMI publicava no Facebook detalhes sobre a situação da violência contra a mulher nos países cujas seleções se enfrentariam.

cia doméstica na vida de jovens entre 15 e 18”.

- A segunda, na parte relativa à descrição da atividade, diz que “durante a oficina, um momento será reservado conforme indicação da especialista contratada pelo projeto para aplicação de questionário para fomento de uma pesquisa a respeito da percepção da violência doméstica pelos participantes”.

Quando a Rede NAMI entrou em contato com os atuais consultores responsáveis pelas etapas de digitação, processamento, análise e redação deste relatório final, a pesquisa já tinha caminhado e decisões tinham sido tomadas:

- O momento de aplicação do questionário já havia sido redefinido para antes do início da oficina, o que faz com que os resultados apontem para as percepções previamente construídas pelos/as participantes e não para uma avaliação do que captaram do que lhes foi transmitido durante a oficina. Decisão considerada adequada pela nova consultoria.
- A faixa etária havia sido ampliada para 14 a 19 anos, levando em conta as idades que as escolas disseram ser as mais frequentes entre os/as alunos/as que cursavam o nível médio na rede pública.
- Já havia sido construído um questionário para autopreenchimento por todas as pessoas participantes das oficinas e este já havia sido preenchido por muitas delas.

As decisões levadas a efeito até esse momento tiveram algumas implicações nas fases posteriores, mas não inviabilizaram que se aproveitasse o que já havia sido feito. Contudo, há que se explicitá-las:<sup>4</sup>

- Não houve o cálculo de uma amostra estatística que buscasse a representatividade dos alunos da rede pública de ensino médio no Rio de Janeiro. A pesquisa foi respondida de forma censitária por todas as pessoas participantes, que se voluntariaram a participar das oficinas. Assim, **os resultados são válidos somente para esse público**. Há que se ressaltar, porém, que nunca houve a intenção por parte da Rede NAMI de extrapolar a representatividade das respostas da pesquisa.

---

4. A seção do relatório relativa ao processamento retomará estas questões com mais detalhes.

- O questionário não trazia instrução sobre quais questões admitiam a marcação de apenas uma das alternativas propostas ou várias delas. Isso fez com que algumas das questões centrais ao tema recebessem a marcação de muitas alternativas por parte de cada um dos respondentes. Tal fato não gerou maiores problemas na maioria dos casos, e, quando isso aconteceu, eles foram resolvidos na fase de processamento. Ressalte-se que as respostas múltiplas admitidas acabaram por enriquecer os resultados, permitindo uma visão mais abrangente da percepção das pessoas respondentes.<sup>5</sup>

### 3. O levantamento dos dados

Como já foi mencionado, foi construído um questionário especial (ver Anexo 1) para a pesquisa levando-se em conta estudos e experiências em levantamentos semelhantes e as necessidades específicas do projeto e do público-alvo. A construção do questionário foi de responsabilidade da técnica Jandira Queiroz, que não pôde no entanto seguir à frente da pesquisa. Após um pré-teste realizado em uma escola, o questionário foi revisto e compactado por Panmela Castro, presidente da Rede NAMI, pois mostrara-se longo e não totalmente adaptado a uma geração que já convive com a Lei Maria da Penha.

No dia 2 de março de 2014, quando da entrada dos novos consultores no processo do campo, foi pedido um reforço de instruções de preenchimento dos questionários nas oficinas, principalmente no sentido de aumentar a padronização dos procedimentos de campo e reduzir o número de respostas em branco.

Entre os dias 22 de outubro de 2013 (data da realização da primeira oficina) e 5 de junho de 2014 (data da última), incluindo as prorrogações de cronograma que se fizeram necessárias em função de greves na rede pública de ensino, foram realizadas as oficinas e distribuídos os questionários a ser anonimamente preenchidos pelos/as participantes.

Ao todo foram de fato realizadas 32 oficinas, atingindo um total de 1.007 pessoas das quais foram validadas 979 (97%), já que 28 delas estavam fora da faixa etária definida para a pesquisa.<sup>6</sup>

---

5. Ver a apuração na seção relativa ao processamento.

6. Ver seção referente ao processamento deste relatório.

Quadro 1  
Distribuição dos questionários constantes do banco segundo o local de realização da oficina



	Nome da Escola	N	%
1	C.E. ANDRÉ MOUROIS SEDUC	31	3,2
2	ESCOLA CECÍLIA MEIRELES	31	3,2
3	C.E. HISPANO BRASILEIRO	40	4,1
4	ESCOLA NAÇÃO MANGUEIRENSE	32	3,3
5	C.E. MONTEIRO DE CARVALHO	16	1,6
6	COLÉGIO RODRIGUES ALVES*	10	1
7	C.E. PAULO DE FRONTIN	35	3,6
8	C.E. COMPOSITOR LUIZ CARLOS DA VILA	40	4,1
9	PROJETO UERÊ II	22	2,2
10	PROF. ANTÔNIO MARIA TEIXEIRA FILHO	25	2,6
11	JULIA KUBITSCHK	28	2,9
12	MAESTRO PIXINGUINHAS - PREFEITURA	24	2,5
13	MENDES VIANA - PREFEITURA	36	3,7
14	E.M. EURICO SALLES	29	3
15	PROJETO UERÊ I	22	2,2
16	COLÉGIO AYRTON SENNA	38	3,9
17	COLÉGIO PEDRO ÁLVARES CABRAL	44	4,5
18	C.E. SOUZA AGUIAR	39	4
19	EUCLIDES DA CUNHA	28	2,9
20	C.E. OLAVO BILAC	31	3,2
21	C.E. CAIC TIRADENTES	9	0,9
22	ULISSES GUIMARES	36	3,7
23	INFANTE DOM HENRIQUE	34	3,5
24	PRADO JÚNIOR	37	3,8
25	C.E. REVERENDO HUGH CLARENCE TUCHER	38	3,9
26	PROF. HERBERT DE SOUZA	43	4,4
27	IGNÁCIO AZEVEDO DO AMARAL	26	2,7
28	PROF. MA. THEREZINHA DE CARVALHO MACHADO	28	2,9
29	FREI AGOSTINHO	18	1,8
30	C.E. BRIGADEIRO SHORCHT	30	3,1
31	C.E. VICENTE JANUZZI	41	4,2
32	PESQUISAS ERNESTO FARIAS	38	3,9
	Total	979	100

Considerando os bairros de localização das escolas que foram alvo da pesquisa, tem-se que totalizavam 24, espalhados por 4 zonas geográficas da cidade.

Quadro 2  
Zonas geográficas e bairros de localização das escolas nas quais  
as oficinas foram realizadas



Zonas da cidade	Bairros	Número de oficinas
Centro	Benfica	1
	Centro	1
	Gamboa	2
	Santa Tereza	1
	São Cristovão	2
Zona Norte	Colégio	2
	Engenho da Rainha	1
	Engenho Novo	1
	Mare	2
	Méier	1
	Rio Comprido	1
	São Francisco Xavier	1
	Tijuca	2
	Vila Kosmos	2
Zona Oeste	Barra da Tijuca	1
	Curicica	1
	Itanhangá	1
	Jacarepagua	2
Zona Sul	Jardim Botânico	1
	Copacabana	2
	Glória	1
	Leblon	2
	São Conrado	1
Total		32

Como mostra o Quadro 3, a Zona Norte da cidade foi a que teve maior número de oficinas (41%) e de beneficiários (38%), seguida pelo centro da cidade e pela Zona Sul (22% cada no caso das oficinas e, respectivamente, 25% e 21% dos beneficiários). Inversamente, foi a Zona Oeste que teve menor número de beneficiários e de oficinas (16% em ambos os indicadores). Uma comparação entre a distribuição percentual de beneficiários diretos e a de número de oficinas mostra que a participação

foi desigual, tendo sido maior no centro e menor na Zona Norte. Já nas Zonas Oeste e Sul a participação foi proporcional à oferta de oficinas.

Quadro 3

Distribuição dos questionários constantes do banco segundo a zona geográfica de localização das escolas nas quais as oficinas foram realizadas

Zonas	Número de Beneficiários diretos	Proporção de Beneficiários diretos	Número de oficinas	Proporção de Oficinas
Centro	242	24,7	7	21,9
Zona Norte	369	37,7	13	40,6
Zona Oeste	160	16,3	5	15,6
Zona Sul	208	21,2	7	21,9
Total	979	100,0	32	100,0

O número médio de participantes por oficina foi de 30,6, um pouco superior aos 30 previstos no projeto. Este indicador, como os demais, mostra que as metas do projeto foram atingidas e, no que tange ao número prometido de beneficiários totais, superadas com folga.

#### 4. Processamento e análise dos dados<sup>7</sup>

Esta seção descreve as etapas elaboradas para o processamento dos dados da pesquisa Geração Maria da Penha: percepções sobre a violência doméstica contra a mulher, realizada com as pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”.

Como já foi dito, é importante ressaltar que devido à forma como os dados foram coletados, por meio do preenchimento voluntário do questionário pelos alunos e alunas que participaram das oficinas do projeto, os resultados obtidos não representam uma amostra com validade estatística. Assim, estes resultados não podem ser extrapolados para o universo de estudantes de escolas do ensino médio da

<sup>7</sup> Esta seção 4 da introdução foi redigida pelo consultor de processamento Luiz Marcelo Carvano.



cidade do Rio de Janeiro, representando unicamente as percepções dos entrevistados.

As etapas descritas abaixo englobam as atividades de criação da entrada de dados, limpeza dos dados e processamento das tabelas e gráficos utilizados para a elaboração do relatório final do projeto.

## » Entrada de dados e digitação

A partir do questionário utilizado na pesquisa foi desenvolvida uma aplicação baseada na Web, que possibilitasse a digitação dos questionários de forma rápida e amigável, a fim de garantir a integridade dos dados e minimizar a ocorrência de erros de digitação. Além disso, é importante mencionar que a digitação dos questionários foi realizada por uma profissional com experiência na digitação de questionários de cunho socioantropológico.<sup>8</sup>

O principal objetivo da máscara de entrada de dados informatizada é possibilitar a validação das informações digitadas em tempo de execução da digitação, característica potencializada pelo fato de o questionário em papel ter sido preenchido pelas próprias pessoas entrevistadas.

Figura 1 – Parte Inicial da máscara de entrada de dados

Geração Maria da Penha	
<input type="button" value="Novo"/> <input type="button" value="Atualizar"/> <input type="button" value="Retornar"/>	
Pag1 <input checked="" type="button" value="Pag2"/>	
Nº do Questionário: * 1	
1. Nome da Escola * C.E. ANDRÉ MOUROIS SEDUC	
2. Idade: * 17	Marcar em caso da pergunta 2 esteja em branco <input type="checkbox"/> Em Branco
3. Sexo: * <input type="radio"/> Feminino <input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Em Branco / Resposta Inválida	
4. Possui filhos? * <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Em Branco / Resposta Inválida	
5. Você está: * <input checked="" type="radio"/> Solteira/o <input type="radio"/> Casada/morando junto <input type="radio"/> Namorando <input type="radio"/> Ficando com alguém regulamente <input type="radio"/> Outros <input type="radio"/> Em Branco / Resposta Inválida	
6. Quantas pessoas moram em sua casa? * 8	Marcar em caso da pergunta 6 esteja em branco <input type="checkbox"/> Em Branco
7. Quem é responsável pelo sustento da casa? * MINHA MÃE	Marcar em caso da pergunta 7 esteja em branco <input type="checkbox"/> Em Branco
8. Quem é que administra a casa? * MINHA MÃE	Marcar em caso da pergunta 8 esteja em branco <input type="checkbox"/> Em Branco

8. Norma Ramos Batista.



Além disso, como não houve um processo mais detalhado de instrução sobre como o questionário deveria ser preenchido, foi observado, no processo de preparação dos questionários para a digitação, a ocorrência de alguns problemas, sendo os principais listados abaixo:

- **Questão sem resposta:** em decorrência do fato de o questionário ter sido diagramado em uma única folha de papel, parte das questões foi disposta no verso. Por causa disso, alguns respondentes não preencheram parte das questões encontradas no verso. Isso foi mais frequente no CIEP Rodrigues Alves, onde aproximadamente a metade dos respondentes não preencheu o verso do questionário. Para solucionar esse problema, para todas as questões foi incluída uma opção de resposta denominada “*Em Branco / Resposta Inválida*”.<sup>9</sup> A digitadora foi instruída a utilizar essa opção sempre que uma questão se encontrava em branco.
- **Múltipla Resposta:** por não haver indicação no questionário do número de opções que deveriam ser respondidas em cada questão, foi observada a marcação de mais de uma opção de resposta em algumas questões. Não sendo necessariamente um erro de preenchimento, já que isso pode ser em alguns casos desejável, foi adotado o seguinte critério:

**Questões de resposta excludente** (Ex: Sexo): são questões onde a natureza da pergunta não admite logicamente mais de uma resposta. Nesses casos a máscara de entrada de dados forçava a digitação de uma única opção. Nos casos onde as questões desse tipo apresentavam mais de uma resposta ou estavam rasuradas, foi instruído para a digitadora que marcasse a opção “*Em Branco / Resposta Inválida*”.

**Questões de resposta não excludente** (Ex: As dificuldades da Lei Maria da Penha são...): são questões que permitem mais de uma resposta simultaneamente, já que as opções podem não ser excludentes ou, ainda, serem complementares. Nesses casos a máscara de entrada de dados permitia a marcação de mais de uma opção de resposta e a digitadora foi instruída a seguir o preenchimento apresentado nos questionários.

---

9. Nos gráficos, este contingente de respostas vai aparecer sob a denominação genérica “sem informação”. Como a participação dessa categoria é variável, optou-se por sempre incluí-la nos gráficos.

Vale registrar que estas respostas foram apuradas pelo procedimento de múltipla marcação do SPSS<sup>10</sup> que conta o total de respostas e o iguala a 100%, calculando a proporção em que cada alternativa foi escolhida. O quadro 4 mostra o número de alternativas assinaladas em cada uma das questões das quais se está tratando. Considerando que 979 pessoas responderam à pesquisa e que este seria o número de respostas se cada uma delas tivesse escolhido apenas uma alternativa em cada questão, é possível visualizar com clareza que muitas alternativas foram assinaladas em certas questões.

---

10. *Statistical Package for Social Science.*

Quadro 4  
Perguntas que receberam respostas múltiplas pertinentes por parte das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”



Variável	Pergunta	Total de alternativas assinaladas
Q_11	O que você considera ser violência doméstica?	5.111
Q_12	Quais as ferramentas que a mulher possui para enfrentar a violência doméstica?	2.183
Q_18	Na sua opinião, por que uma mulher que sofre violência doméstica muitas vezes não se separa?	4.024
Q_19	Na sua experiência, que motivos levam à violência doméstica contra as mulheres?	5.576
Q_28	A Lei Maria da Penha é uma lei que faz...	3.385
Q_29	As dificuldades da Lei Maria da Penha são...	2.403
Q_33	A violência doméstica é um problema...	3.174

### » Limpeza dos dados

Finalizada a digitação dos questionários, foi realizada a verificação dos valores digitados, rotulação e formatação dos dados.

Pelas razões descritas acima, houve a necessidade de se realizar um pré-processamento mais cuidadoso das informações coletadas, com a finalidade de se garantir a coerência das informações coletadas e, com isso, a qualidade dos resultados produzidos.

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes tarefas de pré-processamento:

- **Exclusão dos registros fora da faixa de idade de interesse:** Apesar de o público-alvo da pesquisa ser composto pelos adolescentes e jovens entre 14 e 19 anos, foi observada, ainda na fase de digitação, a existência de questionários com

idades fora dessa faixa (28 casos). Este procedimento foi acordado com a Rede NAMI.



**Imputação das idades ignoradas:** foram observados 30 questionários onde a informação da idade da pessoa entrevistada estava em branco. Para não descartar esses registros, foi realizado um processo de imputação do valor da idade. O critério adotado para a imputação foi a utilização da idade mediana da escola ao qual o caso pertencia.

**Exclusão de valores extremos:** duas questões permitiam respostas abertas sobre quantidades (quantidade de filhos tidos e quantidade de pessoas residentes no domicílio). Nessas questões foram observados cinco valores demasiadamente elevados. Após a verificação dos questionários, para ver se não se tratava de um erro de digitação, esses casos tiveram esses valores extremos alterados para a opção “*Em Branco / Resposta Inválida*” para evitar que afetassem as médias, já que eram irreais. Uma pessoa com no máximo 19 anos muito provavelmente não teve mais de 10 filhos, por exemplo.

**Categorização das respostas abertas:** duas questões permitiam respostas abertas textuais (quem é a pessoa responsável pelo sustento da casa e quem é a pessoa responsável pela administração da casa). Para que pudessem ser apresentadas de uma forma tabular compreensível, houve a necessidade de realizar a categorização das respostas em um número reduzido de opções.

## » Processamento das tabelas e gráficos

O processamento dos dados durou dois dias, com a participação da consultora Marina Sidrim Teixeira, responsável pela elaboração escrita do relatório final. No primeiro dia de trabalho, foram feitas as últimas verificações na base de dados, a fim de se identificar eventuais problemas que tivessem passado da fase de limpeza. Em seguida, foram geradas frequências simples de todas as variáveis da base de dados e iniciou-se o processamento das tabelas e gráficos, a partir de um plano tabular, previamente elaborado. Tendo transcorrido sem maiores problemas, o processamento dos dados terminou no início da tarde do segundo dia.

## 5. Conteúdo deste relatório

O presente **Relatório Final**,<sup>11</sup> ao mesmo tempo que constitui um todo, está organizado por temas, de forma a permitir a leitura em separado de suas seções. O conteúdo de cada uma delas é descrito abaixo.

A primeira parte constitui-se nesta Introdução, que situa a pesquisa no projeto como um todo, dá seus parâmetros metodológicos e define o universo que será tratado no relatório.

A segunda parte, Breve conceituação do tema da violência, visa contextualizar o que se está entendendo pelos temas e explicitar quais valores são considerados positivos no escopo do projeto.

A terceira parte é a central e é dedicada à sistematização e análise dos resultados, dividida em 5 seções:

A seção 1, Perfil individual das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”, traça o perfil dos/as participantes das oficinas a partir de informações por eles/as prestadas sobre sexo, idade, estado conjugal e paternidade/maternidade.

A seção 2, Perfil domiciliar/familiar das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”, trata das seguintes variáveis: número de pessoas que moram no domicílio incluindo o/a respondente, renda familiar mensal e sobre quem recai a responsabilidade pelo sustento e pela administração do domicílio.

A seção 3, Percepções acerca do conhecimento, da identificação e do dimensionamento do problema da violência doméstica, trata destas informações centrais para o projeto.

A seção 4, Percepções acerca da violência doméstica contra a mulher e das ferramentas disponíveis para o seu enfrentamento, continua debatendo o cerne do objetivo da pesquisa: percepções de por que a violência doméstica contra a mulher ocorre, de por que a mulher permanece numa relação onde a violência está presente e quais os recursos que se encontram disponíveis na sociedade para ajudar a mulher a sair da situação de violência. Nesta seção também são introduzidas todas as informações relativas à Lei Maria da Penha – grau de conhecimento, relevância, efeitos e dificuldades percebidas para a sua aplicação.

<sup>11</sup> O relatório beneficiou-se da leitura crítica de Rita Flores Müller, a quem agradeço a colaboração.



A seção 5, Experiência pessoal com a questão da violência doméstica, fornece informações sobre a proximidade vivencial que os/as respondentes percebem ter com o tema da violência doméstica contra a mulher: pessoas que conhecem em situação de violência, violências sofridas e praticadas e recurso às ferramentas disponíveis.

Finalmente, a quarta e última parte faz uma síntese dos principais achados da pesquisa.



# BREVE CONCEITUAÇÃO DO TEMA DA VIOLÊNCIA

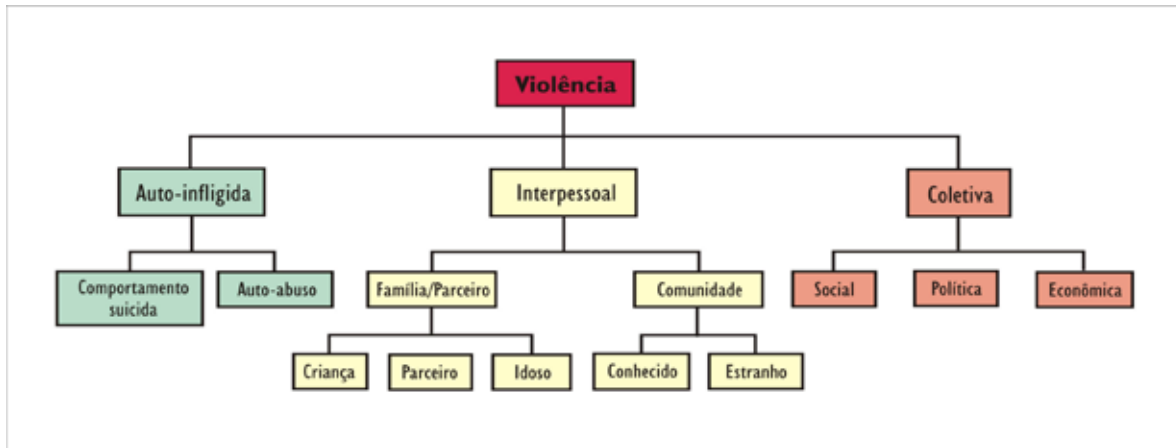


Compartilhando a ideia da impossibilidade de uma atuação neutra do pesquisador no exercício de suas funções, dentre as várias alternativas existentes para contornar este fato, opta-se aqui por explicitar os conceitos/valores que estão norteando o projeto e a pesquisa quantitativa como parte integrante dele.

- *“A violência é vista hoje como um fenômeno complexo, envolvendo fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais, portanto, não redutível ao indivíduo. Ela está relacionada aos valores culturais, às expectativas em relação aos papéis de gênero, às desigualdades sociais e ao abuso nas relações de poder. É uma forma de resolução de conflitos mantida em nossa cultura, que pode ser revertida através de práticas sociais”* (ZUMA, 2004, p. 7).
- Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (WHO, 1996).
- No Relatório mundial sobre violência e saúde, publicado pela OMS em 2002, propõe-se uma tipologia onde a violência é dividida em três grandes categorias: a violência autoinfligida, a violência interpessoal e a violência coletiva. A violência na família e entre parceiros/as íntimos/as é uma das duas subcategorias da violência interpessoal e está definida como aquela que “ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa” e inclui, além da violência entre os parceiros íntimos, os abusos contra crianças, adolescentes e idosos (Krug, 2002). Quanto à natureza, a violência pode ser categorizada como: física, sexual, psicológica e envolvendo privação ou negligência (ver Figura 2).



Figura 2  
Organograma da violência segundo Krug, 2007, pg.7



- Considera-se gênero “*um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo*”. (HEILBORN, 1995, p. 9) A ideia é a de que existem diferenças e desigualdades entre os sexos que nada têm de naturais ou essenciais. Portanto, a categoria gênero refere-se à construção cultural e social dos atributos femininos e masculinos em um dado momento e em uma dada sociedade. Tal concepção é relacional e implica mutabilidade, multiplicidade e distribuição desigual de poder. Aqui se considera um valor positivo a desnaturalização dessas diferenças por entender-se que isto possibilitaria a construção de relações mais equitativas entre homens e mulheres, tidas como desejáveis e capazes de prevenir a violência baseada em gênero.
- “*Os estereótipos baseiam-se em crenças, ideias preconcebidas e expectativas com as quais se avalia o comportamento das pessoas. Os estereótipos de gênero são responsáveis pelo trato diferenciado a que são submetidos mulheres e homens, desde o início da infância, por parte dos responsáveis pela sua socialização. Respondem a diferentes características em épocas distintas, o que permite supor que não são tão imutáveis como às vezes são descritos. Isso reforça a ideia de que funcionam também como controle social. Sustentar estereótipos é manter fixos os papéis de homens e mulheres*” (MIRANDA e ANTUNEZ, 2006, p. 1).

- Violência de gênero “*caracteriza-se por qualquer ato que resulte em dano físico ou emocional, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra outra, em uma relação pautada em desigualdade e assimetria entre os gêneros. Pode ocorrer nas relações íntimas entre parceiros, entre colegas de trabalho e em outros espaços relacionais*” (ZUMA et al, 2013, p. 149). O termo refere-se também à violência praticada contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ainda que as violências por discriminação na maioria das vezes não sejam tipificadas, pois aparecem camufladas em dados gerais da violência cotidiana, a imprensa divulga notícias de violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero nos mais diferentes contextos sociais, inclusive na escola. No entanto, nem sempre essa violência é física. O preconceito, a discriminação, a lesbofobia, a homofobia, a transfobia operam por meio da violência simbólica que, assim como a violência física, costuma ser extremamente danosa, causando traumas profundos em quem a sofre, sendo necessário, portanto, atentar para este tipo de violência.

Muitas vezes verifica-se o uso de expressões como violência doméstica, violência doméstica contra as mulheres, violência contra as mulheres, violência intrafamiliar e violência de gênero sem o devido cuidado de registrar as diferenças que nelas estão contidas. O questionário da pesquisa utilizou os termos **violência doméstica** e **violência doméstica contra a mulher**. Cumpre então defini-las, até para ter um parâmetro para avaliar a aproximação das percepções dos/as participantes da pesquisa aos conceitos.

O conceito de violência contra as mulheres, adotado pela Política Nacional, fundamenta-se na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui “*qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado*” (Art. 1º). A definição é, portanto, ampla e abarca diferentes formas de violência contra as mulheres, tais como:

- “*A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher, compreendendo, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial*” (Lei nº 11.340/2006);

- *“A violência ocorrida na comunidade e que seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar”;*
- *“A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional)”* (BRASIL, 2011, p. 19).



AMOR

FEM NO

# SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS



Os resultados serão apresentados sempre para o conjunto das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica” e, nessa condição, responderam à pesquisa “Geração Maria da Penha: percepções sobre a violência doméstica contra a mulher”. Contudo, para todas as perguntas centrais da pesquisa foi feito um estudo cruzando as respostas por sexo, faixa etária, área da cidade onde o respondente estuda e faixa de renda da sua família. Quando diferenças forem encontradas, serão assinaladas no texto.

## 1. Perfil individual das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”

Esta seção traça o perfil dos/as participantes das oficinas a partir de informações por eles/as prestadas sobre sexo, idade, estado conjugal e paternidade/maternidade. Além disso, por definição, sabe-se que são todas pessoas cuja escolaridade é o nível médio incompleto.

O Gráfico 1 mostra que, ainda que predominem as mulheres (56% *versus* 46% de homens), há um equilíbrio muito maior do que o que costuma ocorrer na maior parte dos projetos sociais, nos quais a maioria absoluta é do sexo feminino.

Considerando o intervalo de idade definido para o público da pesquisa, para categorizar as idades em faixas, não foi possível encontrar um critério que se enquadrasse nas classificações legais, pois, segundo estas, as pessoas participantes com idade entre 14 e 17 anos completos seriam adolescentes e restariam poucos na faixa de 18 e 19 anos.<sup>12</sup> Assim, optou-se por estabelecer uma categorização equilibrada dentro do próprio resultado da pesquisa. Feito isso, temos que a grande maioria dos/as participantes tinha entre 15 e 17 anos (72%). A média

<sup>12</sup> A definição legal de jovem abrange indivíduos de 15 a 29 anos completos, e portanto haveria superposição com os adolescentes se fosse usada nesta pesquisa.

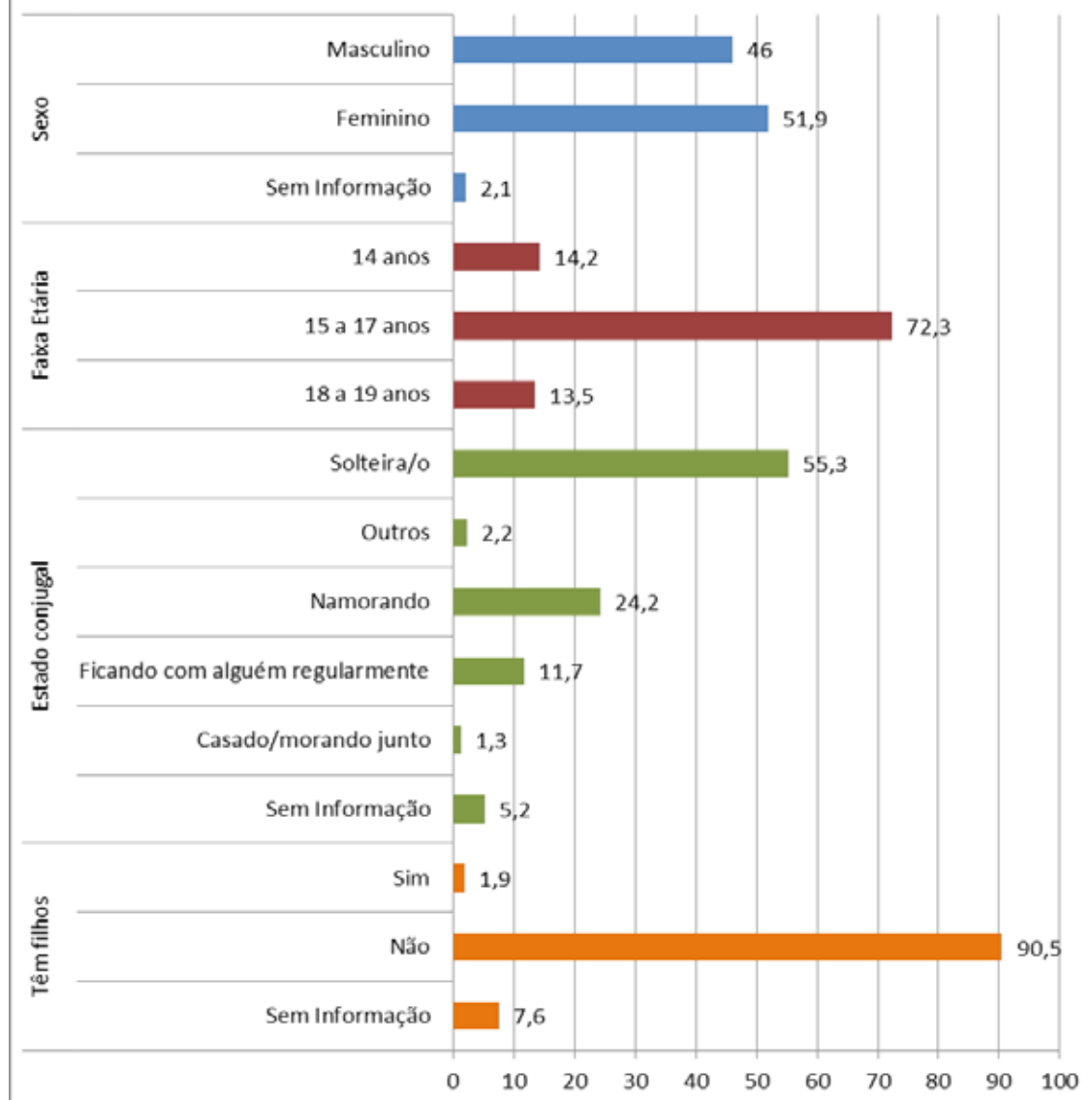


de idade foi de 15,96 anos e a mediana foi de 16 anos, praticamente igual à média. Havia 130 pessoas de 14 anos e, na outra extremidade da distribuição, 24 pessoas com 19 anos.

Quanto à situação conjugal de fato, mais da metade declarou-se solteiro/a (55%), vindo na sequência o grupo que se declarou namorando e/ou “ficando regularmente com uma pessoa” (36% no conjunto). Apenas 1% declarou-se casado/a e/ou morando junto.

Apesar desta indicação e da juventude das pessoas, 2% (19 pessoas) já eram pais e mães. O número médio de filhos tidos foi de 1,57 e o mediano de 1 filho. Cruzando esta informação por sexo, vê-se que os rapazes tiveram mais filhos do que as moças (1,9 *versus* 1,3 em média) e que há participantes na faixa etária de 18 e 19 anos que já tiveram 4 filhos.

**Gráfico 1 – Perfil Individual das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica*.**



## 2. Perfil domiciliar/familiar das pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”

Esta seção trata das seguintes variáveis: número de pessoas que moram no domicílio incluindo o/a respondente, renda familiar mensal e sobre quem recai a responsabilidade pelo sustento e pela administração do domicílio.

O gráfico 2 mostra que a maioria dos/as participantes mora em domicílios com entre 3 e 5 pessoas (73%), 4,29 em média. Este valor é superior ao encontrado no Censo Demográfico de 2010 para o município do Rio de Janeiro, que era de 2,9 pessoas por domicílio.

O dado de renda familiar (ver Gráfico 2) apresentou altíssimo nível de desinformação (38%) e merece ser visto com cuidado. De toda forma, considerando as informações prestadas, tem-se que a metade das famílias tem rendimento mensal até R\$ 2.700,00, o equivalente a até 3,7 salários mínimos nacionais (50%).<sup>13</sup> Não é possível calcular valores médios e medianos porque a informação já foi colhida em faixas. A classe modal da distribuição é a de sem informação, seguida das rendas familiares entre mais ou menos<sup>14</sup> 1 e 2 salários mínimos (25%). No município do Rio de Janeiro, segundo o Censo Demográfico de 2010, havia 77% das famílias com renda até 3 salários mínimos da época.

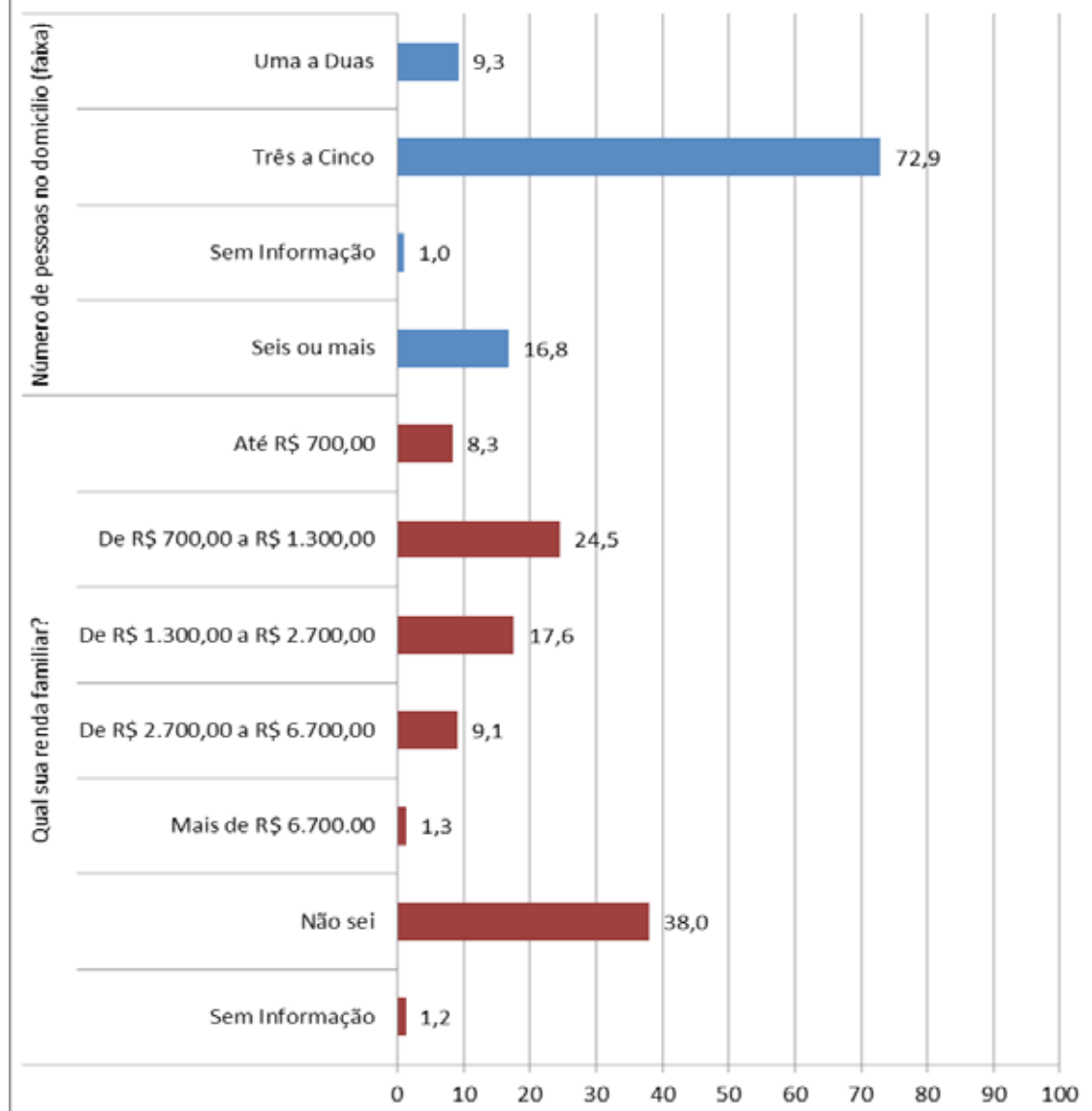
---

13. Em 2014 o salário mínimo nacional está definido em R\$ 724,00.

14. As faixas usadas no questionário não se prestam à conversão exata dos valores em salários mínimos.



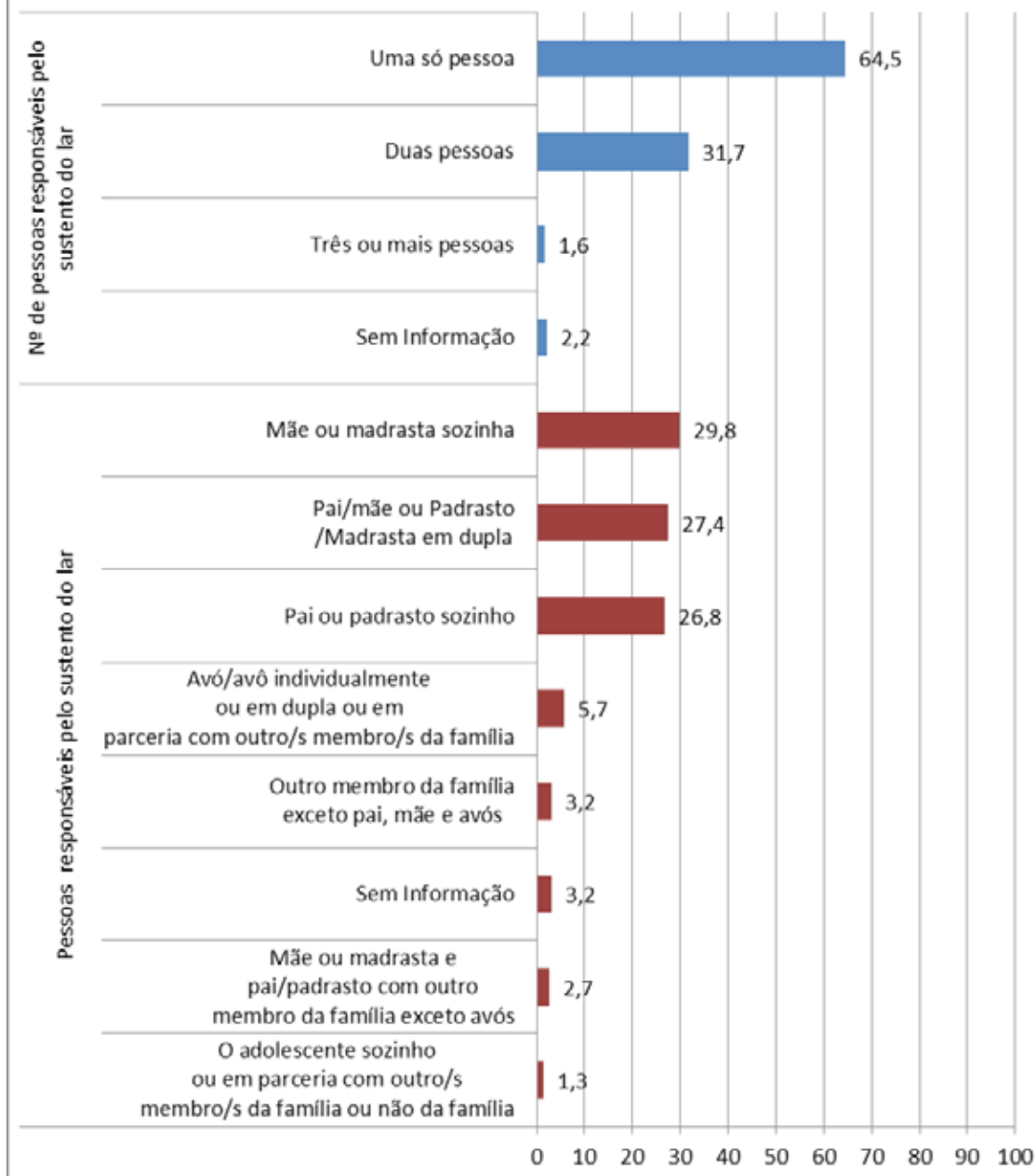
**Gráfico 2 – Perfil domiciliar das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica*.**



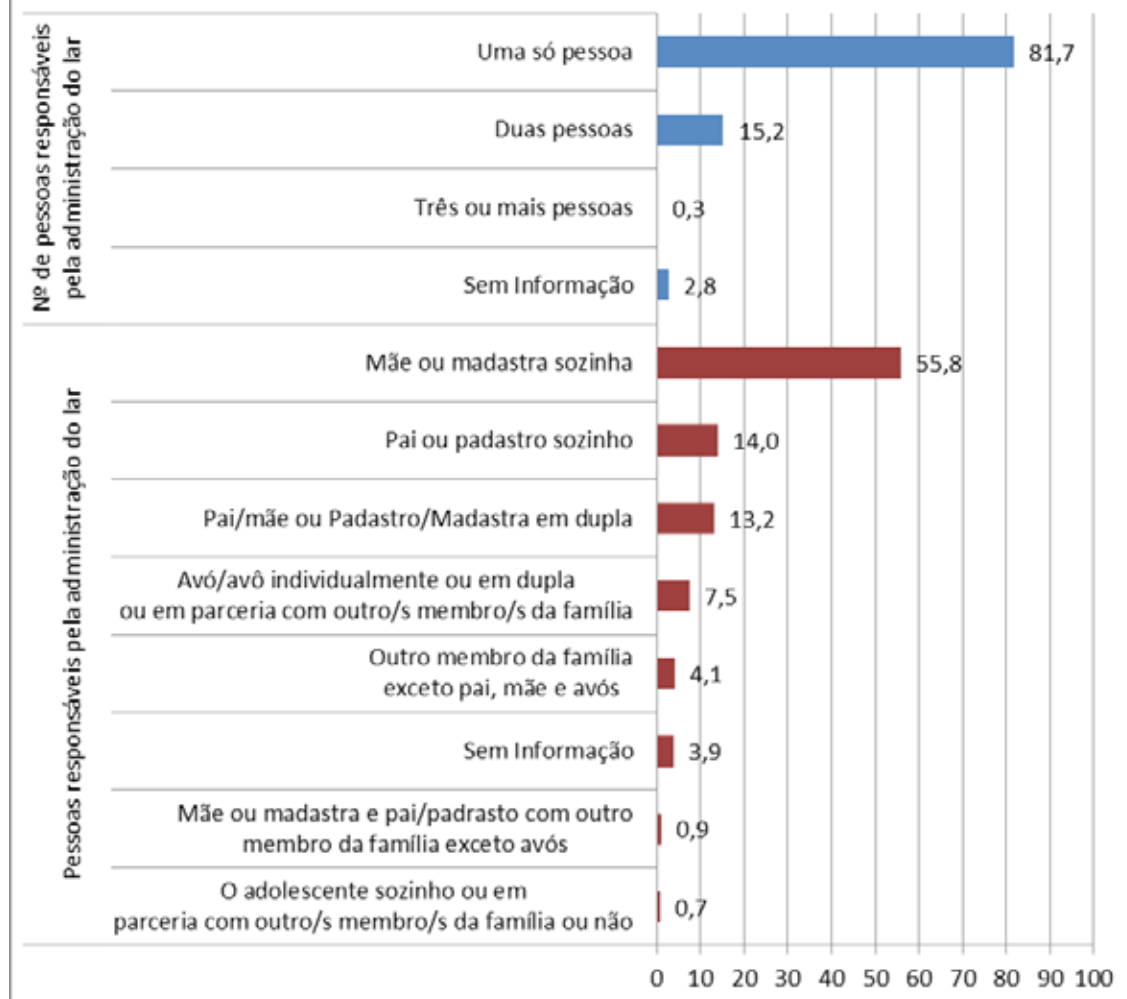
O questionário investigou de forma aberta a responsabilidade sobre o sustento e sobre a administração do lar. As respostas foram categorizadas *a posteriori* e geraram, cada uma delas, duas novas variáveis: a primeira com o número de pessoas que exercem estas responsabilidades e a segunda com que pessoas são essas. Utilizou-se a mesma categorização para as duas questões visando a comparabilidade das respostas. Os gráficos 2.2 e 2.3 mostram que os resultados são bem interessantes:

- Tanto quando se trata do sustento como quando se trata da administração, predominam os domicílios em que uma única pessoa exerce a função: 65% e 82%, respectivamente. Em ambos os casos “é a mãe ou a madrasta” que se responsabiliza pelas funções. Tais informações evidenciam tanto a figura da mulher como provedora quanto a sua ratificação como principal responsável pelas tarefas domésticas. Realçam também o indicativo de novos modelos familiares com o aparecimento da madrasta em muitas das respostas.
- Quando o foco é na responsabilidade pelo sustento do domicílio a categoria “o pai ou padrasto e a mãe ou madrasta em dupla” ocupa a segunda posição na distribuição (27%), empatada com a categoria “pai ou padrasto sozinho”.
- Quando o foco é na responsabilidade pela administração do domicílio, as duas categorias referidas acima ocupam o segundo e o terceiro lugar, com o homem sozinho ligeiramente à frente do casal (14% e 13%, respectivamente). Mais uma informação apontando para mudanças que estão em curso na organização familiar, não só pelo fato de o homem estar à frente da administração doméstica como também pelas muitas referências a padrastos.
- Outra informação relevante diz respeito à participação da geração anterior à dos pais e mães no sustento e na administração das famílias: a categoria “avó/avô individualmente ou em dupla ou em parceria com outro/s membro/s da família” representa 6% dos responsáveis pelo sustento e 8% dos responsáveis pela administração dos domicílios. Trata-se da ratificação do que outras pesquisas têm apontado: a relevância das aposentadorias e pensões dos mais velhos nos orçamentos familiares de seus filhos/as adultos/as, muitas vezes sendo o estopim para a violência contra os idosos.
- A categoria “O/a próprio/a respondente sozinho ou em parceria com outro/s membro/s da família ou não da família” aparece em apenas 1% dos casos como responsável pelo sustento e pela administração de seu próprio domicílio.

**Gráfico 2.1 - Responsáveis pelo sustento dos domicílios das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica*.**



**Gráfico 2.2 - Responsáveis pela administração dos domicílios das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica*.**



### 3. Percepções acerca do conhecimento, da identificação e do dimensionamento do problema da violência doméstica

Esta seção trata de questões centrais para o projeto: como os/as participantes se percebem diante da violência doméstica – pensam saber o que ela seja, avaliam a importância do problema, que tipo de atores sociais percebem como estando nela envolvidos e como pensam saber identificar atitudes que se configuram como violência. Os resultados mostram que:

- A maioria absoluta dos/as participantes das oficinas (89%) respondeu afirmativamente à pergunta “Você sabe o que é violência doméstica?” (ver Gráfico 3.0). Este percentual não mostra variações segundo o sexo, a faixa etária, a área da cidade onde o/a respondente estuda e nem a faixa de renda da sua família.

- No que tange à importância do problema, a maioria absoluta (86%) escolheu a alternativa “muito importante” (ver Gráfico 3.1), e isso vale para todas as variáveis de cruzamento. Entre estas, a única que mostrou diferença significativa foi o sexo: 91% das mulheres *versus* 81% dos homens acham que o problema é muito importante.
- Instados a completar a frase “A violência doméstica acontece...” assinalando as alternativas oferecidas para identificar quem são os atores sociais envolvidos nas questões de violência doméstica, todas as alternativas foram selecionadas por mais de 10% dos/as participantes, mostrando que eles se dão conta da sua amplitude. As 3 que obtiveram mais de 15% das escolhas foram: “entre companheiros casados ou que moram juntos” (26%), “entre namorados” (17%) e “entre pessoas que moram na mesma casa sendo parentes ou não” (15%). Vale registrar que a quarta escolha é a alternativa “de um homem contra uma mulher em qualquer ambiente” (13%) (ver Gráfico 3.2). Esta ordenação é a mesma para todas as variáveis de cruzamento.
- Na resposta à pergunta “O que você considera violência doméstica?”, foram oferecidas 5 alternativas de atitudes que configuram violência física, 4 que configuram violência psicológica e 1 que configura violência sexual. O Gráfico 3.3 mostra o resultado por atitude e o quadro 5 exibe um resultado agregado de atitudes segundo o tipo de violência configurada. Embora os dados confirmem o que outras pesquisas já apontaram – o maior reconhecimento da violência física<sup>15</sup> –, mostram um percentual significativo de reconhecimento da violência psicológica. A ordenação das violências agregadas mostrada no quadro 5 não sofre variação em função das variáveis de cruzamento e até mesmo os percentuais não variam em mais de 2%.

15. Na pesquisa AVON/Data Popular “Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher” (AVON, DATA POPULAR, 2011), a maioria dos homens declarou só achar justificável a mulher procurar uma delegacia em casos de violência física grave: ameaça com arma (88%), soco (77%), tapa (60%) e arremessar um objeto contra ela (53%).

Atitudes de violência psicológica e até mesmo sexual ficaram abaixo dos 50% de aprovação para que a mulher desse a queixa. Na pesquisa “Tolerância institucional à violência contra as mulheres”, coordenada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, 2014) com mulheres atendidas nos centros de referência do Rio de Janeiro, as próprias mulheres relataram dificuldade em se reconhecer em situações de violência psicológica e disseram que, quando o fizeram, ajudadas pelas técnicas do atendimento, tiveram dificuldade ou foram impedidas de registrar nas delegacias este tipo de violência.

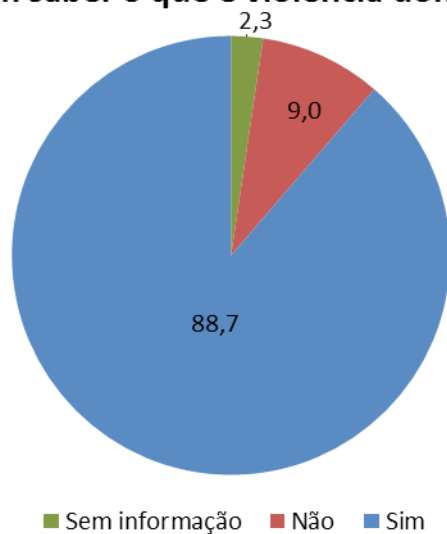
Quadro 5

Tipos de atitudes reconhecidas como violentas pelas pessoas que participaram das oficinas do projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica”, segundo a classificação conceitual da violência

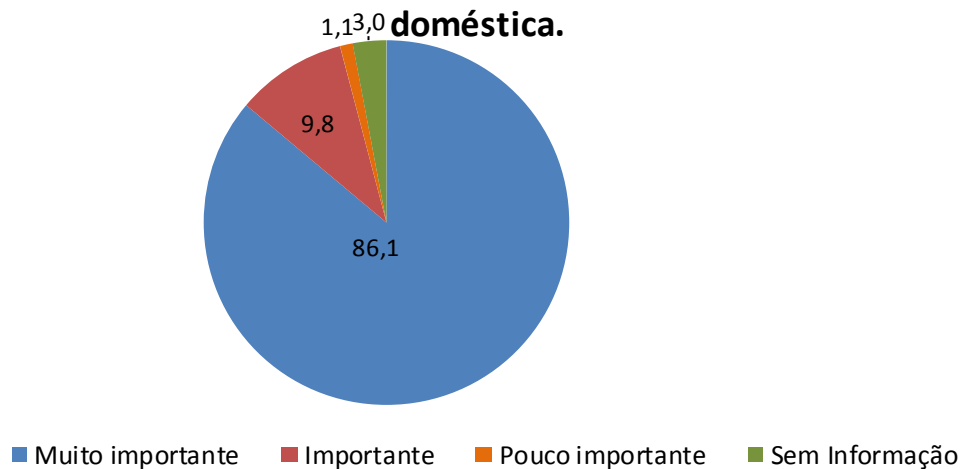


Tipos de atitudes violentas	Proporção de respostas
Violência física	58,5
Violência psicológica	31,0
Violência sexual (obrigar a fazer sexo)	10,3

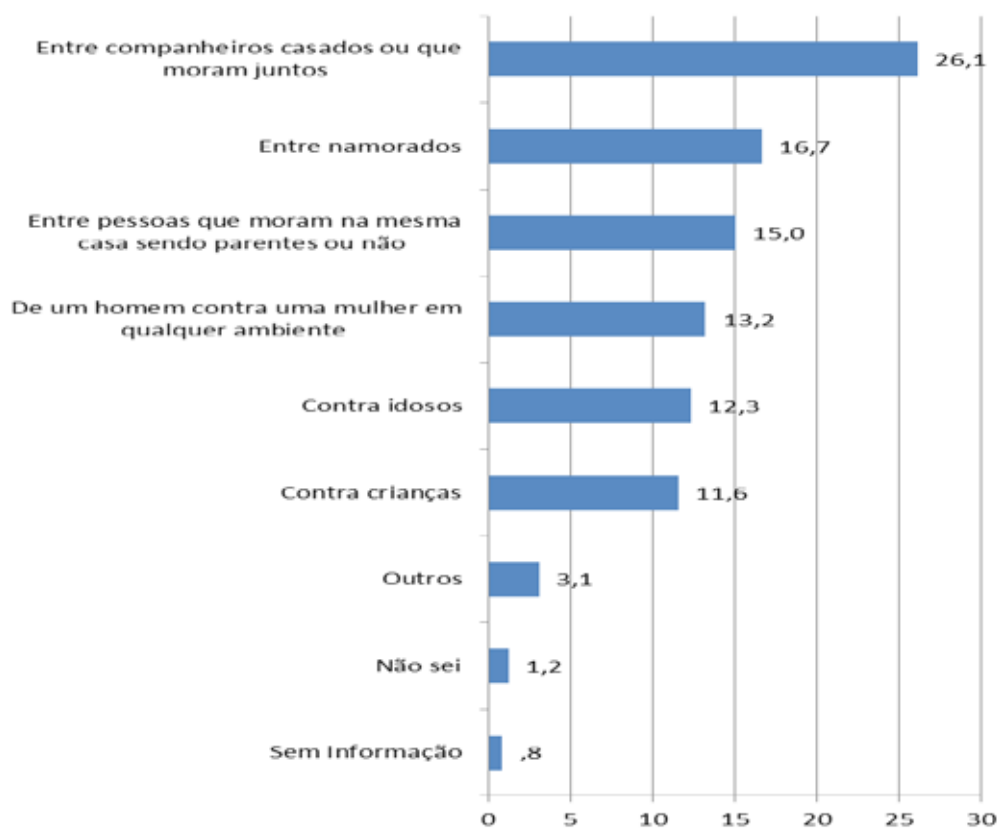
**Gráfico 3.0 – Proporção de participantes das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* que dizem saber o que é violência doméstica.**



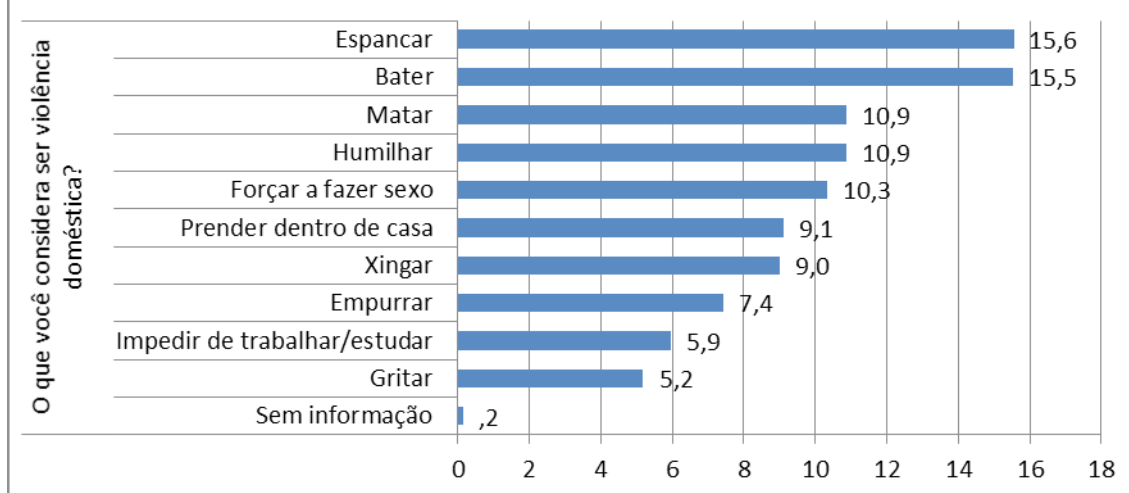
**Gráfico 3.1 – Percepção das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre a importância do problema da violência doméstica.**



**Gráfico 3.2 - Percepção das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre quem são os atores envolvidos neste problema.**



**Gráfico 3.3 – Atitudes identificadas como características da violência doméstica pelas pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica*.**



#### 4. Percepções acerca da violência doméstica contra a mulher e das ferramentas disponíveis para o seu enfrentamento

Esta seção continua debatendo subtemas essenciais para o objetivo da pesquisa: percepção de por que a violência doméstica contra a mulher ocorre, de por que a mulher permanece numa relação onde a violência está presente, quais os recursos que se encontram disponíveis na sociedade para ajudar a mulher a sair da situação de violência. Nesta seção também são introduzidas as informações relativas à Lei Maria da Penha – grau de conhecimento, relevância, efeitos e dificuldades percebidas para a sua aplicação.

##### » Percepções sobre os motivos que levam à violência contra as mulheres

Ao questionar as pessoas que responderam a pesquisa sobre os motivos que levam à violência doméstica contra as mulheres, muitas das alternativas oferecidas eram inter-relacionadas, sendo identificáveis três blocos. Vejamos:



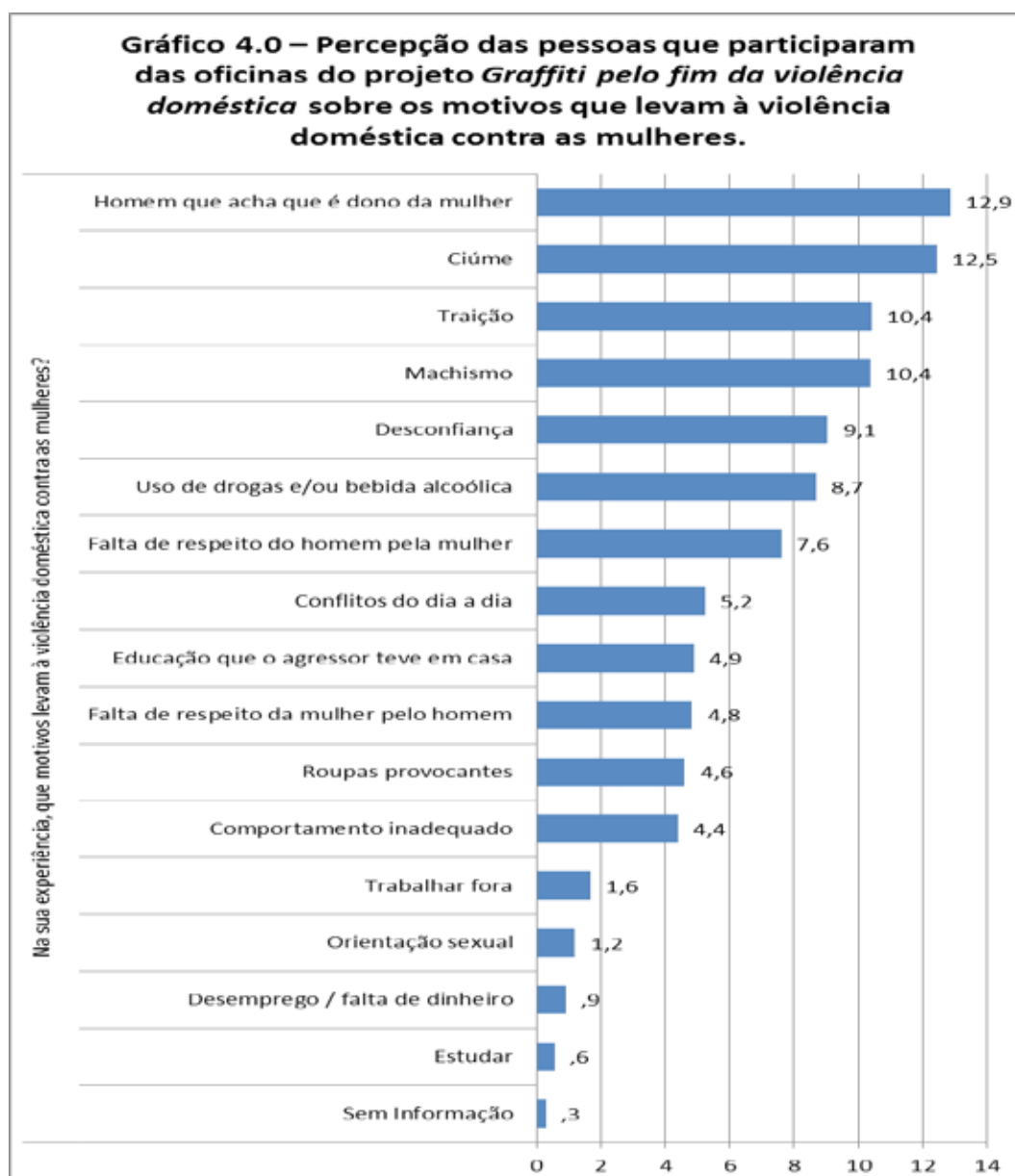
- “Usar roupas provocantes”,<sup>16</sup> “ter comportamento inadequado”, “trabalhar fora”, “estudar”, “traição” (feminina) são um conjunto de transgressões ao estereótipo do gênero feminino que levam a quebras de expectativas alimentadas pelos homens.<sup>17</sup>
- “Homem que acha que é dono da mulher”, “ciúme”, “desconfiança”, “educação que o agressor recebeu em casa” e “machismo” fazem parte de um mesmo pacote cultural que transmite e perpetua (entre homens e mulheres<sup>18</sup>) os estereótipos de gênero e funcionam como justificativa da distribuição desigual do poder dentro das relações e o uso da violência para “consertar” as coisas.
- “Desemprego/falta de dinheiro”, “uso de drogas e/ou bebida alcoólica” são fatores de risco para que os conflitos inerentes às relações desaboquem na violência, uma vez que a solução de conflitos por esta via ainda é algo culturalmente aceitável na nossa sociedade.

O Gráfico 4.0 realça que as 4 principais causas percebidas como geradoras da violência doméstica contra a mulher são: “o homem pensa que é dono da mulher” e ciúme (13% cada) e traição e machismo (10% cada), todas pertencentes a um mesmo grupo de causas, como vimos acima. Não há variação de ordenamento significativa segundo as variáveis de cruzamento. Este resultado corrobora o que vem sendo apontado usualmente nas pesquisas: o ciúme encabeça a lista de razões. Na pesquisa AVON/Data Popular, por exemplo, a categoria ciúme/possessividade/desconfiança vem em primeiro lugar, representando 29% das respostas masculinas.

16. Para se ter uma ideia, a pesquisa AVON/Data Popular revelou que 46% dos homens brasileiros acham inaceitável que a mulher use roupas justas e decotadas.

17. Pesquisa realizada com homens processados pela Lei Maria da Penha cita que estes homens entendiam que a lei é que tinha vindo para “transgredir os costumes” (CORDEIRO, 2014, p. 23).

18. Para se ter uma ideia, na pesquisa “Tolerância institucional à violência contra as mulheres” (CFEMEA, 2014), poucas foram as mulheres que conseguiram abstrair para além das suas histórias pessoais a existência de uma cultura que naturaliza o poder do homem sobre a mulher justificando a violência contra ela para manter padrões de posse e autoridade ou mesmo “obediência”, como citou uma entrevistada. Esta cultura de submissão também é muito reforçada por algumas religiões, como por exemplo as evangélicas.



» Percepções sobre por que uma mulher que sofre violência doméstica às vezes não se separa

Esta é a pergunta que não quer calar sempre que o assunto é violência doméstica entre parceiros íntimos,<sup>19</sup> e são muitas as explicações aventadas, muitas delas representadas nas alternativas oferecidas pelo questionário para resposta à questão. Os/as participantes das

19. Eliane Cordeiro propõe que outra pergunta seja feita: “propomos indagar o que manteria este sujeito que agride solicitando a manutenção dessa relação violenta, para além das questões relativas ao machismo e ao patriarcado. Nossa leitura tenta caminhar no sentido da responsabilização desses sujeitos diante da escolha dessa parceira, no lugar de intervirmos e perguntarmos somente o que mantém a mulher nesse tipo de relação. A divisão das responsabilidades nas escolhas afetivas talvez possa fazer desocupar os lugares costumeiros de algozes e vítimas, vislumbrando assim uma possível abertura rumo à igualdade e equidade nessas relações. E, quem sabe, proporcionar novos caminhos ao empoderamento dessas mulheres” (CORDEIRO, 2014, p. 26).

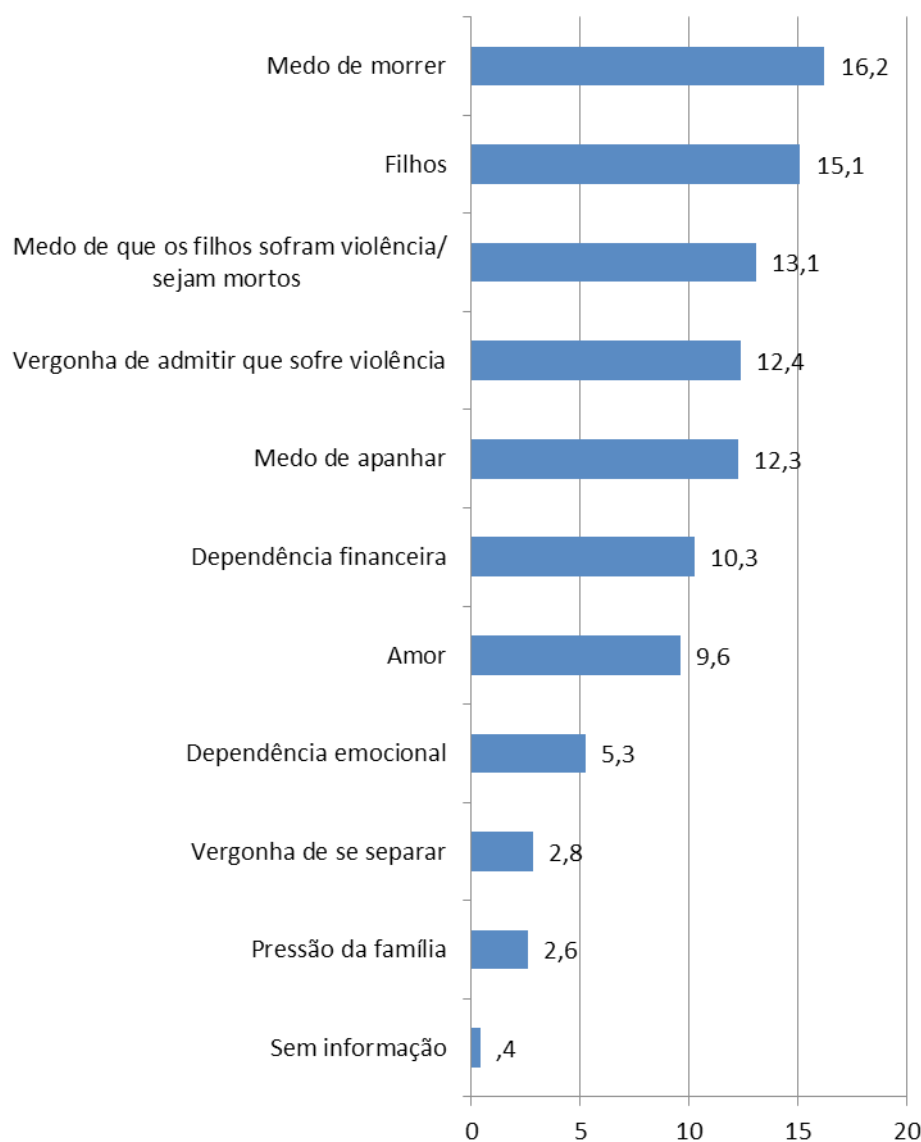
oficinas elegeram como as principais: “medo de morrer” (16%), “filhos” (15%), “medo de que os filhos sofram violência e sejam mortos” (13%), “vergonha de admitir que sofre violência” e “medo de apanhar” (12% cada) e “dependência financeira” (10%) (ver Gráfico 4.1). Não há variação de ordenamento significativa segundo as variáveis de cruzamento.

Com base em pesquisas recentes que se debruçaram sobre a questão, seria correto admitir que os/as participantes demonstraram acuidade em suas escolhas, principalmente ao enfatizar o “peso” atribuído aos filhos na decisão de ficar na relação ou mesmo na hora de sair dela. Na pesquisa do CFEMEA já citada, as mulheres que participaram dos grupos focais de forma recorrente falavam do peso “real” e simbólico dos filhos no momento de romper com o ciclo de violência que, muitas vezes, significa romper o relacionamento. A menção ao fato de que com os filhos isso é muito mais difícil, principalmente se forem pequenos, é recorrente e, via de regra, alegada como motivo para permanecerem na situação, por mais desconfortável que esteja. Do mesmo modo, a tolerância que são capazes de ter com a violência contra si mesmas é muito maior do que a que estão dispostas a suportar se a violência é contra os filhos: “*comigo até dá para levar, mas com meus filhos não*”, disse uma delas.

Na presente pesquisa, é do lugar de filhos/as que os/as participantes falam, e talvez sua própria experiência os leve a reconhecer o papel que cumprem junto a suas mães. Na pesquisa do CFEMEA, algumas entrevistadas relataram com muita ênfase o efeito de “espelho” provocado pelos filhos quando estes as questionavam sobre a sua permanência na relação com os pais. Seja para proteger os filhos (rompendo com o ciclo) ou para se proteger diretamente, parece que quando os/as filhos/as as questionavam quanto à permanência naquela situação, promoviam ali um momento de dar-se conta. Foram citadas como exemplo falas dos filhos como “*mãe, o que você está fazendo com ele? O que que a senhora está fazendo com você de estar com ele?*”. Ainda assim, muitas optam por permanecer com seus agressores, seja alegando razões financeiras ou para permanecer ao lado dos/as filhos/as ou por razões estritamente pessoais.

A dependência financeira está embutida em algumas das outras razões já discutidas acima, e o medo e a vergonha de admitir que sofrem violência também foram muito referidos pelas mulheres que participaram da pesquisa do CFEMEA quando falavam de seus sentimentos ao terem que buscar ajuda para romper o ciclo da violência.

**Gráfico 4.1 – Percepção das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre os motivos que levam as mulheres a permanecer em uma relação com violência.**



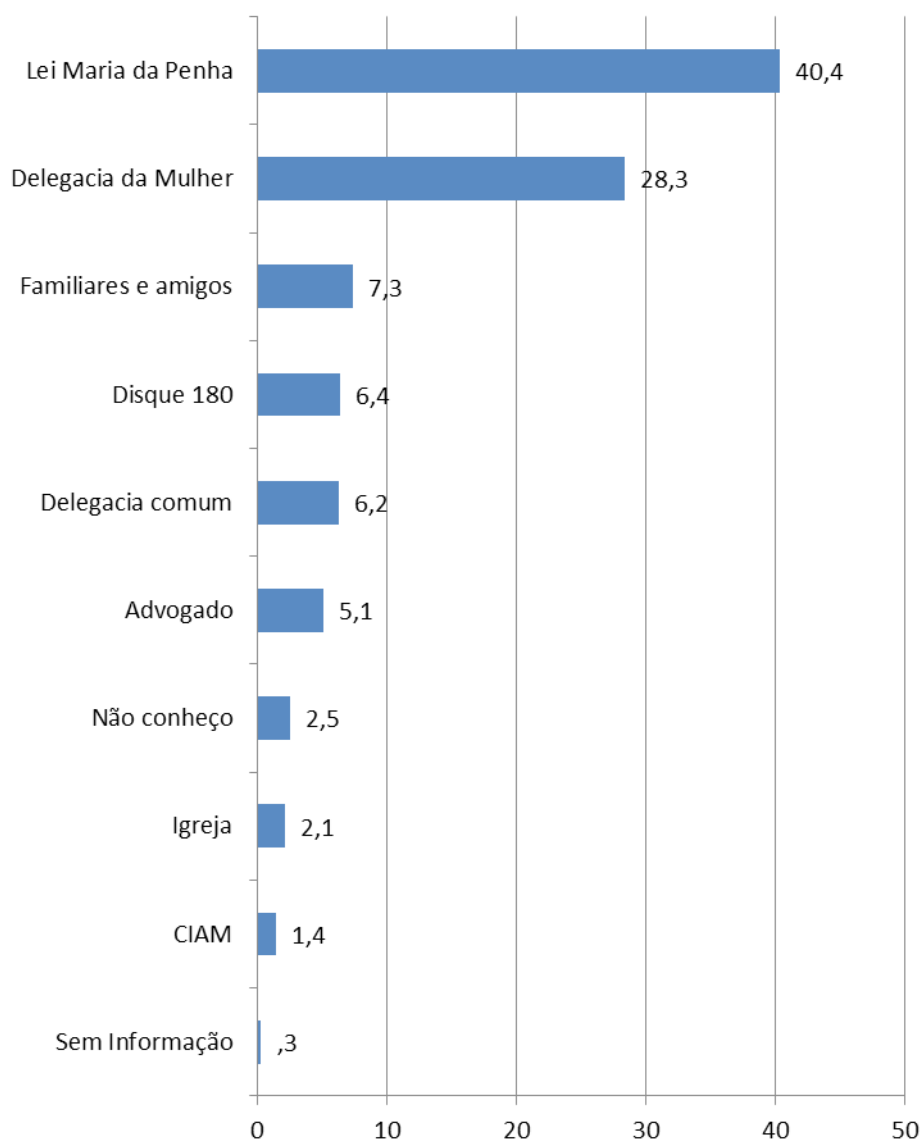
#### » Percepções sobre as ferramentas que a mulher possui para enfrentar a violência doméstica

A resposta a esta pergunta foi estimulada, já que o questionário oferecia as seguintes alternativas: “não conheço”; Lei Maria da Penha; Delegacia da Mulher (DEAM); Delegacia comum; Disque 180; Advogado; Igreja; Familiares e amigos; e CIAM (sem explicar a que instituição a sigla se referia). O Gráfico 4.2 mostra que apenas duas dessas foram citadas por

grande parte das pessoas que participaram das oficinas: a Lei Maria da Penha em primeiro lugar com 40% e as DEAMs com 28%. Todas as demais alternativas receberam no máximo 7% das respostas.



**Gráfico 4.2 – Percepção das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti* pelo fim da violência doméstica sobre as ferramentas de que as mulheres dispõem para o enfrentamento desta violência.**



Citada em primeiro lugar pelos/as participantes das oficinas, de fato a lei é bastante conhecida pelo público brasileiro em geral, e este conhecimento só tem feito crescer ao longo do tempo. *“Pesquisa Ibope/Themis de 2008 constatou que 78% dos(as) entrevistados(as) conheciam a Lei Maria da Penha. Em 2009, esse percentual passou a 88% em levantamento similar (BRASIL, 2010, p. 108). (...) Os resultados de 2011 indicam na Pesquisa do DataSenado que o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha cresceu nos dois últimos anos: 98% disseram já ter ouvido falar na lei, contra 83% em 2009”* (BRASIL, 2011a, p. 13).

Duas das pesquisas feitas em 2013 que estão sendo utilizadas como parâmetro para os dados deste relatório também apontam nessa direção: na pesquisa AVON/Data Popular, 65% dos homens disseram conhecer a lei em alguma medida e 92% declararam ser favoráveis a sua existência. Já na pesquisa do CFEMEA com as mulheres atendidas nos CIAMs do Rio de Janeiro, em resposta à pergunta aberta (sem estímulo à resposta), as únicas ferramentas conhecidas por todas as mulheres eram a Lei Maria da Penha e o próprio CIAM, ainda que algumas delas tenham mencionado as DEAMs e o Disque 180.

Aprofundando as informações dos/as participantes sobre a Lei Maria da Penha:

Apesar de 94% já terem ouvido falar dela, a maioria (70%) declarou conhecê-la pouco. Da mesma forma 70% consideram-na uma lei nova;<sup>20</sup> e, entre estes, 60% dizem que ela melhorou a vida das mulheres (ver Gráfico 4.3).

Instados a completar a frase “A Lei Maria da Penha é uma lei que faz...” com algumas das alternativas oferecidas, as expressões mais escolhidas foram: “as mulheres se sentirem mais confiantes para denunciar” (21%); “as mulheres conhecerem mais os seus direitos” (17%); “os homens aprenderem que violência doméstica é crime” (13%) e “os homens entenderem que a mulher não é uma propriedade deles” (12%) (ver Gráfico 4.4).

A expressão preferida para completar a frase “As dificuldades da lei Maria da Penha são...” com algumas das alternativas oferecidas foi “as mulheres têm medo dos companheiros/agressores não serem presos e aumentar a carga de violência em casa” (27%), seguida da al-

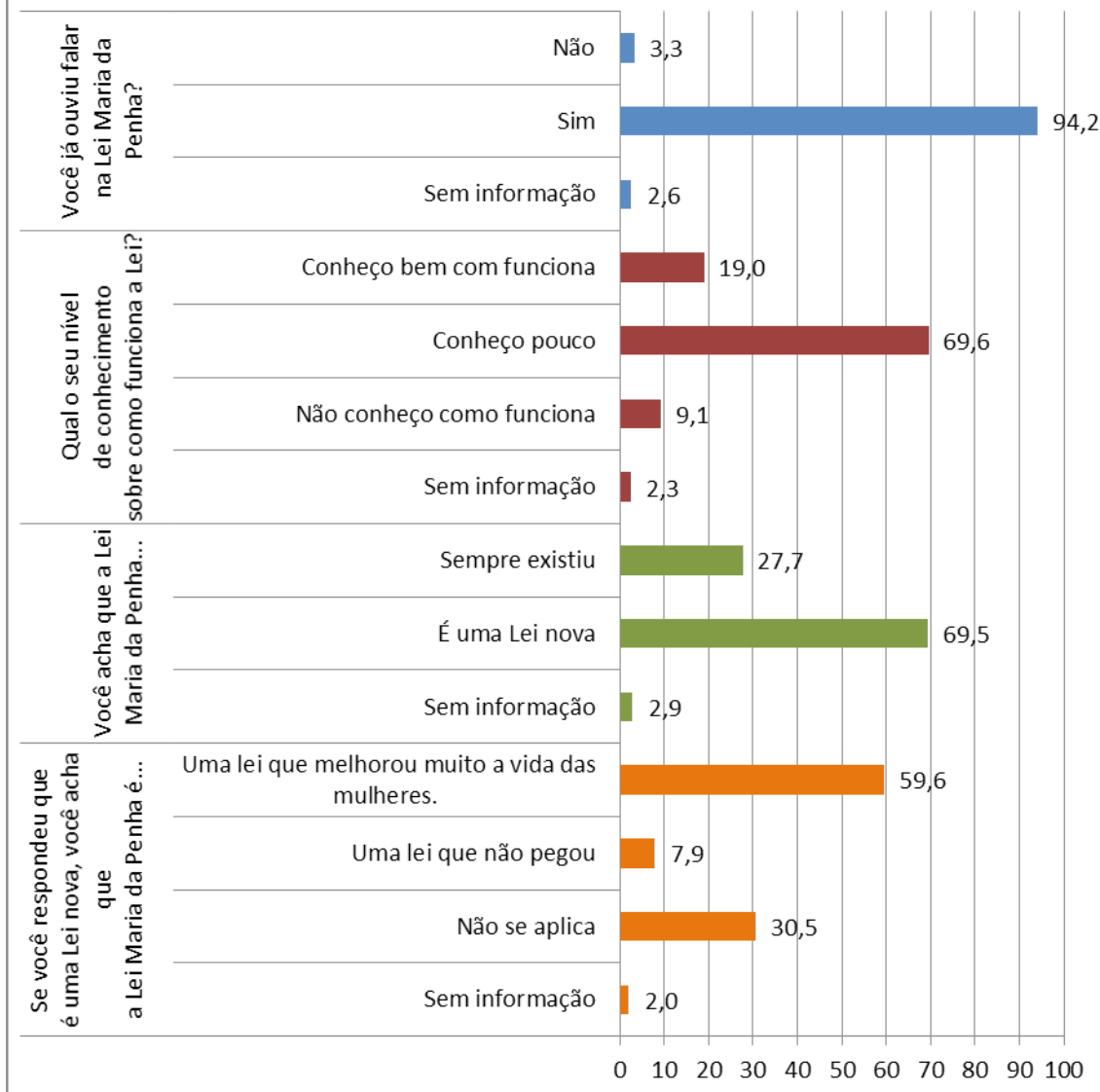
<sup>20</sup>. A lei data de 7 de agosto de 2006.

ternativa oposta “as mulheres têm medo dos companheiros/agressores serem presos” (19%). Estas respostas preferenciais espelham o drama vivido pelas próprias mulheres: o desejo de resolver a questão e o medo de suas consequências e, de outro lado, o desejo de não serem as algozes de seus companheiros, talvez com a esperança de reverter a situação. Há ainda que considerar o que foi declarado por muitas mulheres em outras pesquisas: elas relatam que, quando foram fazer a denúncia, foram informadas das consequências também de ordem econômica de uma condenação de seus parceiros, pois, no caso de funcionários públicos em geral, a punição pode incluir até mesmo a demissão por justa causa e todas as suas repercussões no sustento da família, seja diretamente ou via pensão alimentícia, se houver a separação.

As outras expressões escolhidas preferencialmente dizem de dificuldades relatadas na mídia com frequência: “denunciar não adianta nada” (15%) e a “lei não impede que o homem mate a mulher” (10%) (ver Gráfico 4.5).

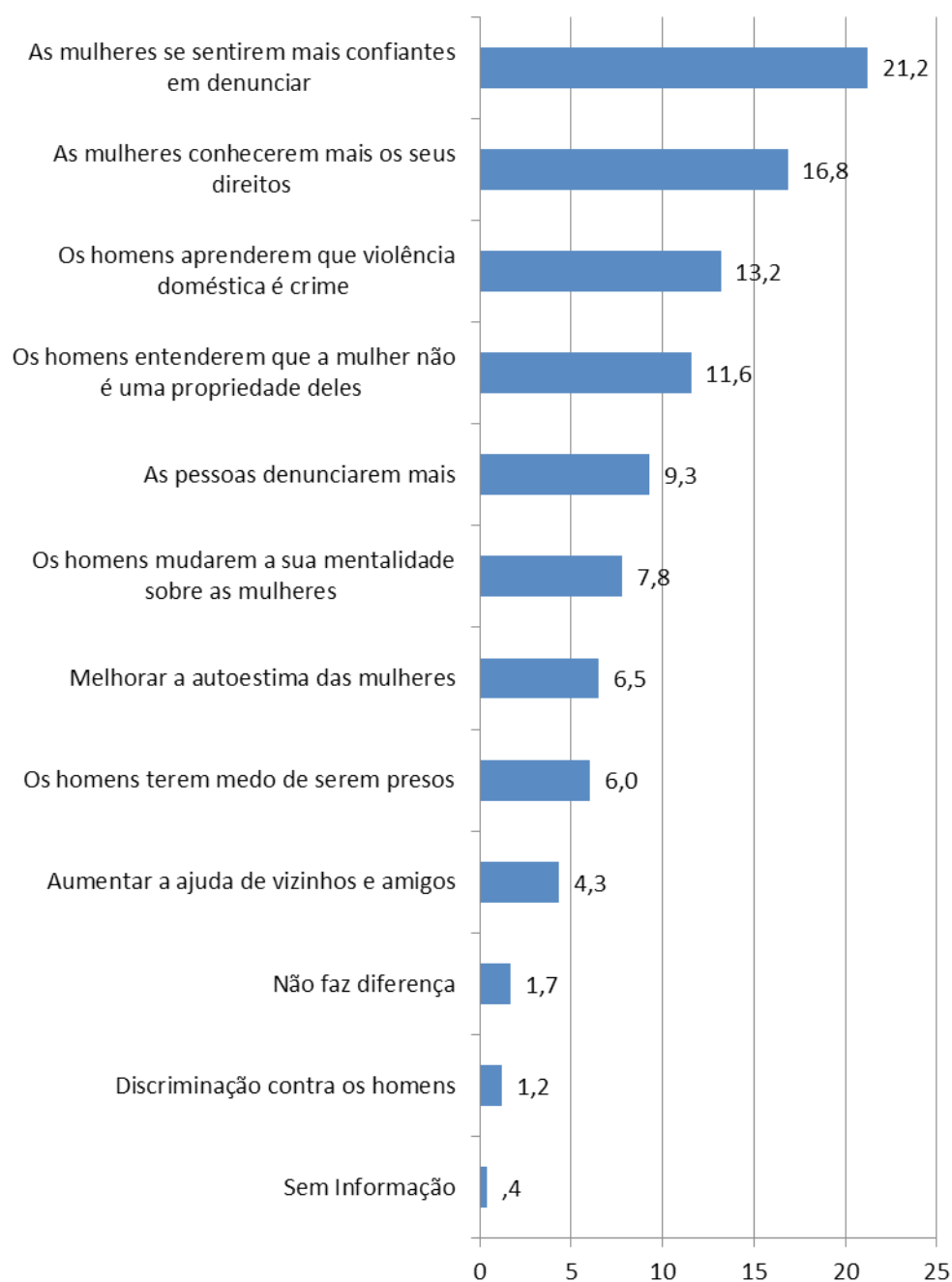
As mulheres entrevistadas na pesquisa do CFEMEA relataram experiências positivas e negativas com a lei Maria da Penha ao tentarem aplicá-la em seus casos específicos. O aspecto mais valorizado foi a sua existência pura e simples, capaz de conter a violência e dar mais segurança às mulheres. Entre os aspectos nefastos foram destacados a sua pouca efetividade, principalmente quando aplicada a réus primários, a demora na sua aplicação, que às vezes só chega “*depois da mulher estar morta*”, e o fato de prometer mais do que pode cumprir.

**Gráfico 4.3 – Grau de conhecimento das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre a Lei Maria da Penha.**

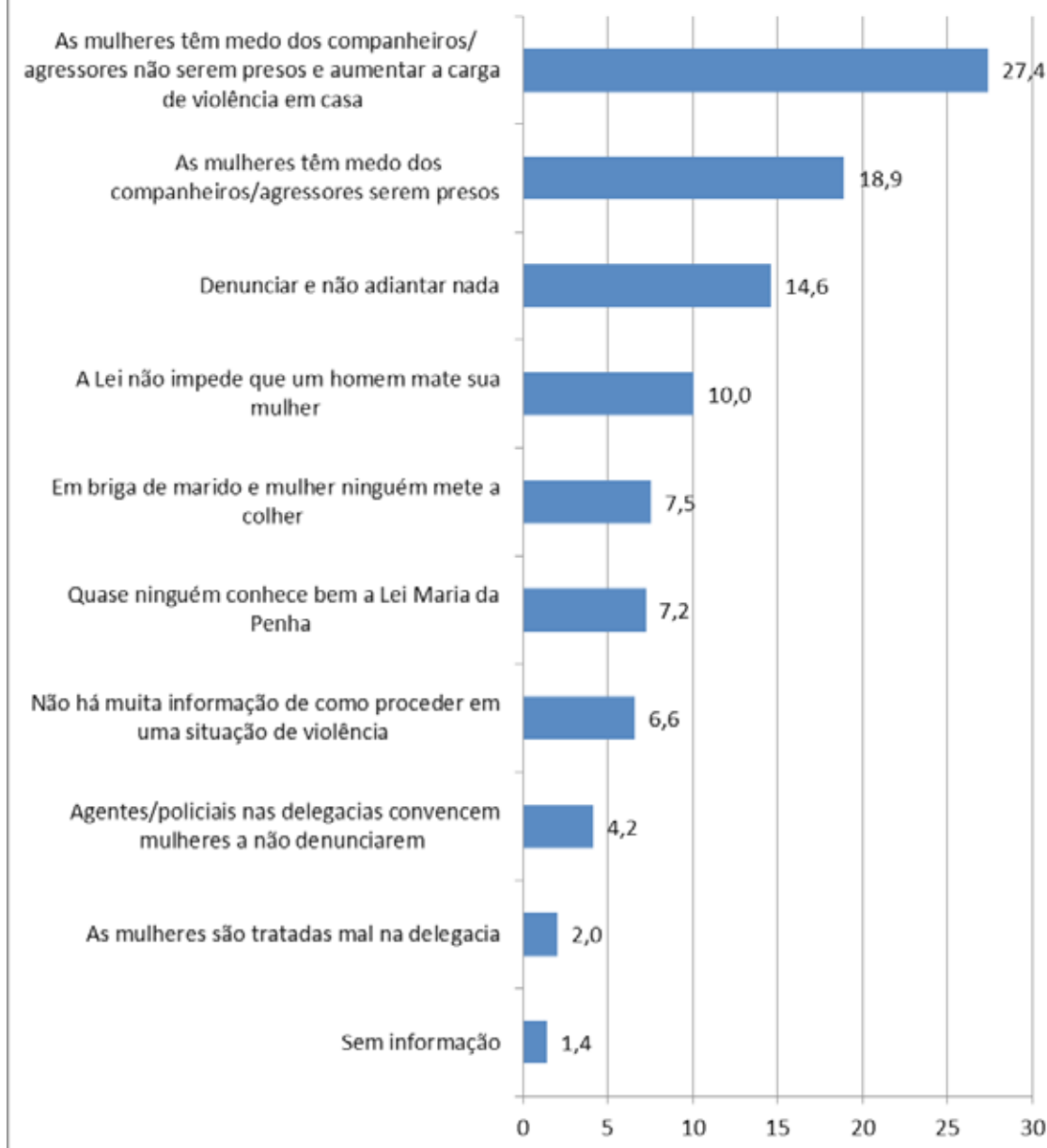




**Gráfico 4.4 - Percepção das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre possíveis efeitos da existência da Lei Maria da Penha.**



**Gráfico 4.5 - Percepção das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre possíveis dificuldades na aplicação da Lei Maria da Penha.**

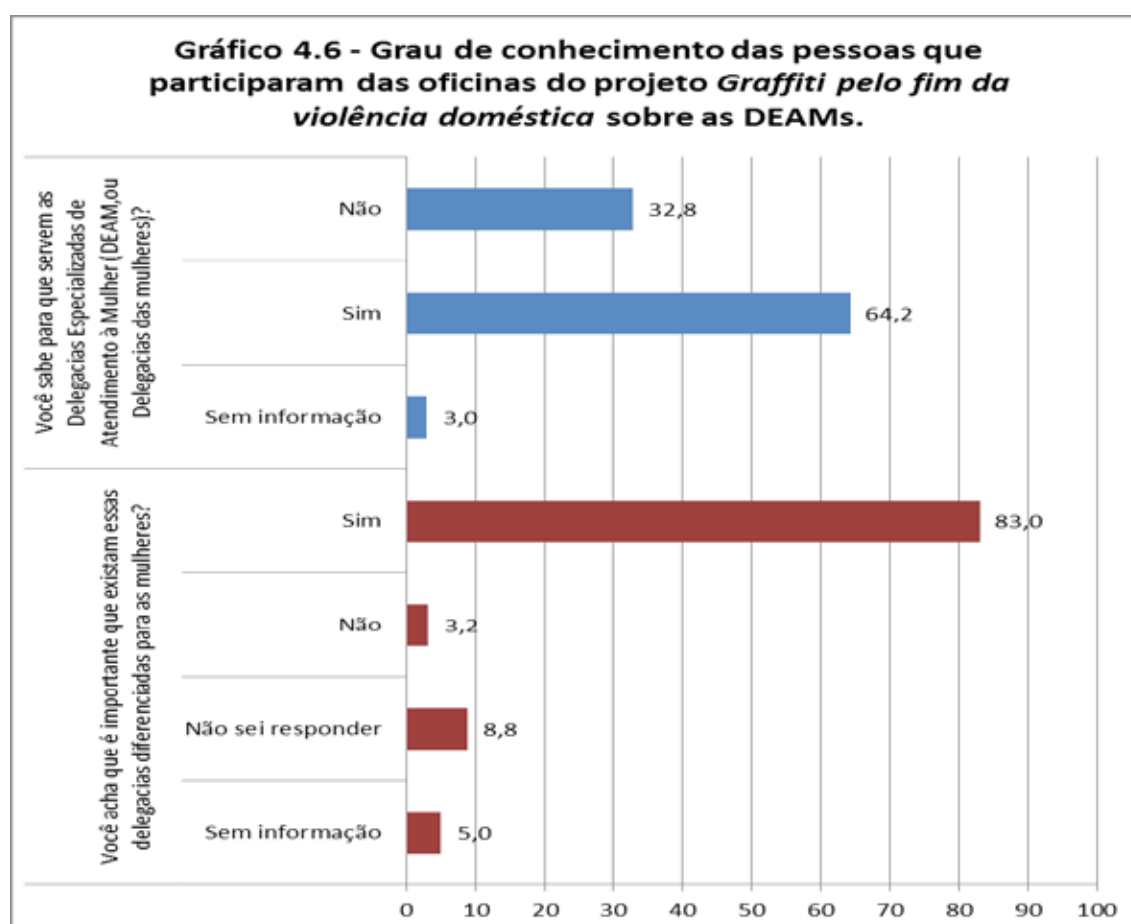


#### SOBRE AS DEAMS

Ferramenta de enfrentamento à violência contra as mulheres citada em segundo lugar pelos/as participantes das oficinas, as DEAMs foram um dos dois principais eixos da política pública no setor durante vários anos: “*De 1985 a 2002, a criação de DEAMs e de Casas-Abri-go foi o principal eixo da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, cuja ênfase, portanto, estava na segurança pública e*

na assistência social” (BRASIL, 2011a, p. 16). No que diz respeito às DEAMs, foram festejadas<sup>21</sup> por terem sido criadas para prestar um atendimento diferenciado às mulheres que tinham queixas do atendimento recebido nas delegacias comuns. As DEAMs tornaram-se bem conhecidas, ainda que nem sempre bem avaliadas no cumprimento dessa sua função de base.

O gráfico 4.6 mostra que 64% dos/as participantes das oficinas disseram saber para que as DEAMs servem e que 83% acham importante que elas existam.



21. Na pesquisa realizada pelo Instituto AVON/IPSOS sobre “Percepções sobre a violência doméstica no Brasil” (2011), 78% das entrevistadas apontaram que a primeira instituição que recomendariam para uma mulher nessa situação seria a DEAM, mesmo quando este equipamento não existia na sua cidade, que era o limite dado pela pergunta.

O baixo percentual de participantes das oficinas que citou o Disque 180 (6%) como ferramenta para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres contrasta com a qualidade dessa ferramenta que, entre outras vantagens, garante o anonimato, com isso blindando as pessoas que a ele recorrem contra o medo e a vergonha que dizem sentir no momento da denúncia. O anonimato também dá segurança a terceiros (parentes e vizinhos por exemplo) para não ficarem omissos diante de casos de violência que presenciem. Complementando as indagações sobre o Disque 180, o Gráfico 4.7 mostra que 53% disseram já ter ouvido falar dele, mas 56% não sabem para que serve.

Espera-se que, após a campanha de divulgação intensiva que está sendo desenvolvida na mídia neste momento pelo governo federal – “Violência contra a mulher, eu ligo” – e que fez com que o número de chamadas para o serviço aumentasse em 60%,<sup>22</sup> o Disque 180 torne-se ainda mais efetivo como ferramenta no enfrentamento da violência. A participação nas oficinas do projeto também aumentou o conhecimento do Disque 180, como fica expresso nos murais grafitados ao final de cada uma delas.

## CONCLUINDO

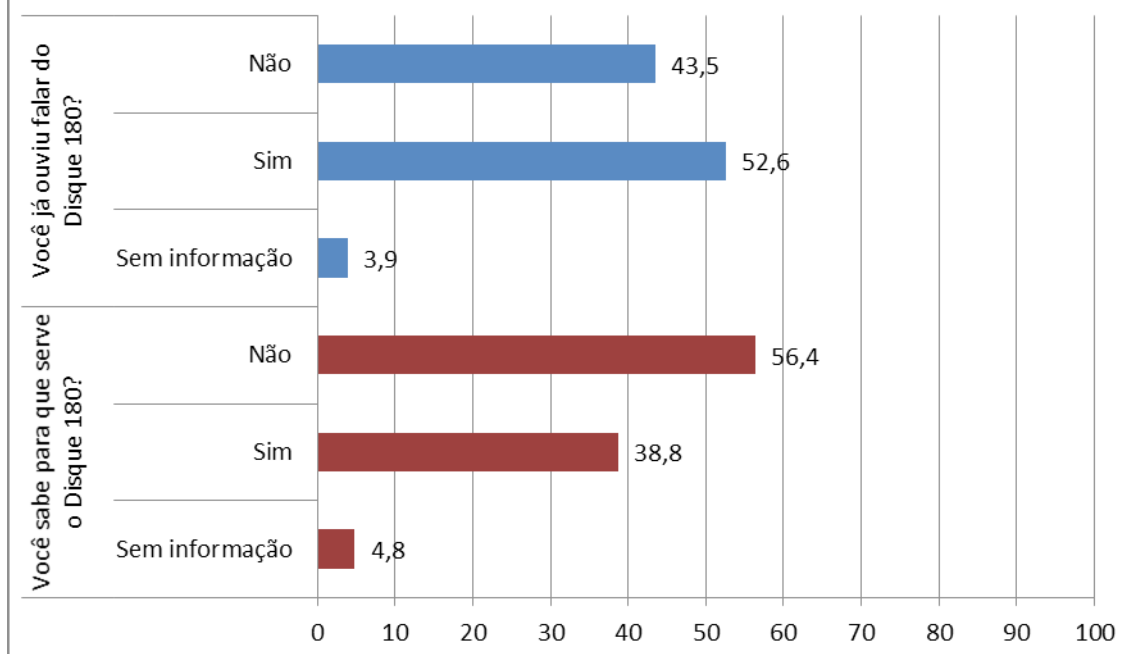
Nesta seção referente ao conhecimento das leis e programas voltados para a redução da violência contra a mulher pode-se concordar com conclusões tiradas em dois outros estudos:

- As leis são conhecidas mas julgadas insuficientes para dar proteção às mulheres e expõem vítimas e agressores a sanção social e vergonha desnecessárias (UNIFEM, 2010, p. 207).
- *“Efetivamente pensamos que a legislação atual, ao proteger as mulheres em dadas situações, o que faz é coibir abusos, impor limites a abusos machistas e mantenedores da ordem patriarcal, vigente há anos”* (BEIRAS, 2012, p. 76).

---

22. Ver <[http://www.smabc.org.br/smabc/blog.asp?id\\_CON=35378&id\\_SUB=97](http://www.smabc.org.br/smabc/blog.asp?id_CON=35378&id_SUB=97)>. Acesso em: 5 jul. 2014.

**Gráfico 4.7 - Grau de conhecimento das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* sobre o Disque 180.**



## 5. Experiência pessoal com a questão da violência doméstica

Esta seção fornece informações sobre a proximidade vivencial que os/as respondentes percebem ter com o tema da violência doméstica contra a mulher: pessoas que conhecem que sofreram e/ou foram autoras, violência sofrida e praticada e recurso às ferramentas disponíveis.

Pouco mais da metade dos/as participantes das oficinas (51%) declarou conhecer uma mulher que já foi vítima de violência doméstica, 43% declararam conhecer um agressor e 22% disseram conhecer uma pessoa que já recorreu à Lei Maria da Penha (ver Gráfico 5.0).

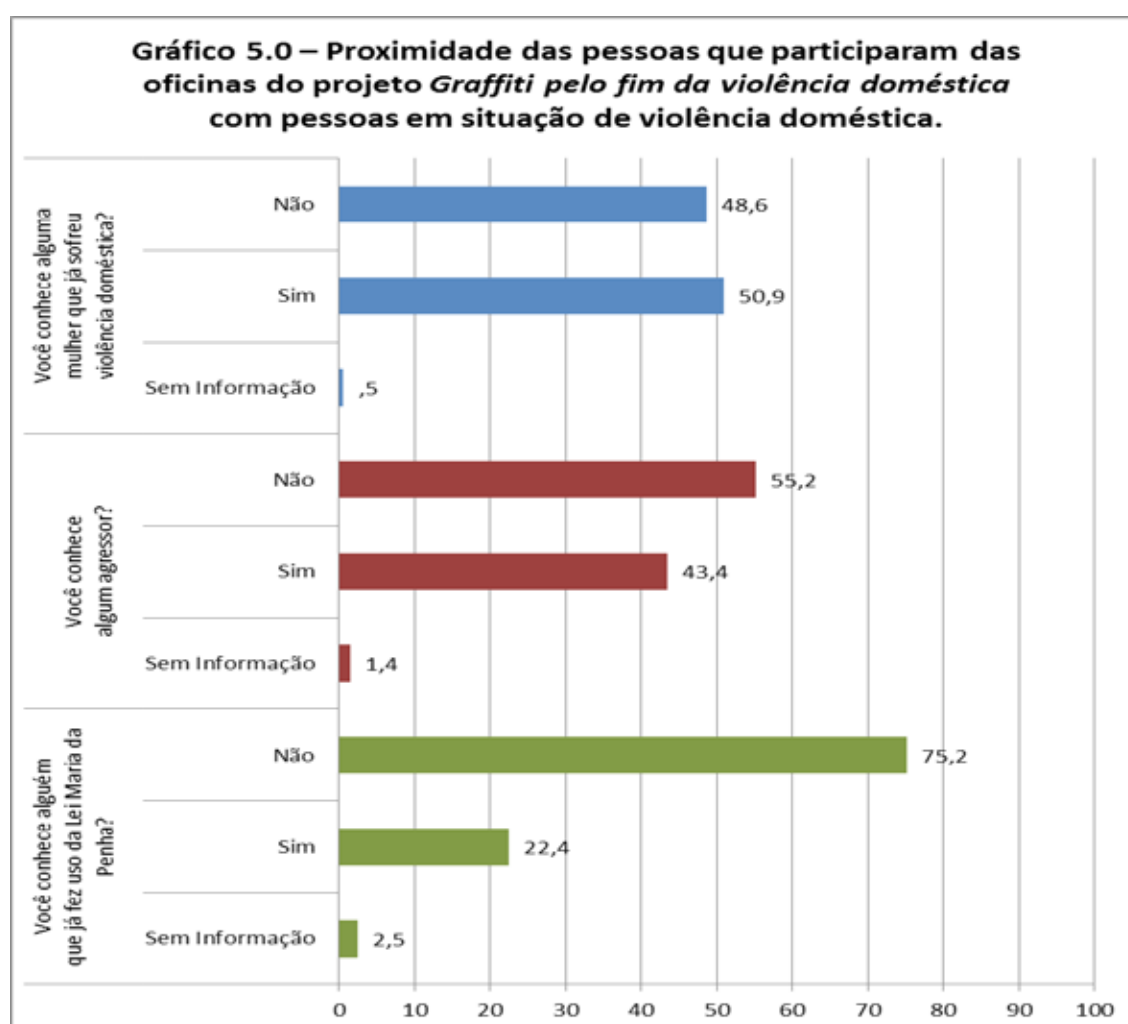
Por outro lado, 3% disseram já ter praticado violência doméstica e 4% admitiram tê-la sofrido (ver Gráfico 5.1). Levando em consideração que as pessoas que responderam à pesquisa também reconheceram como violência doméstica aquela praticada contra crianças e adolescentes, este percentual é bastante baixo,<sup>23</sup> uma vez que ainda é comum em nossa sociedade a aplicação de castigos físicos e humilhantes como recursos educacionais. Somente no dia 26 de junho de

<sup>23</sup>. Há que ver também que o questionário não continha questões relativas à negligência, tipo de violência cometida contra crianças e idosos.

2014 foi promulgada a Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010), que busca coibir estes comportamentos.

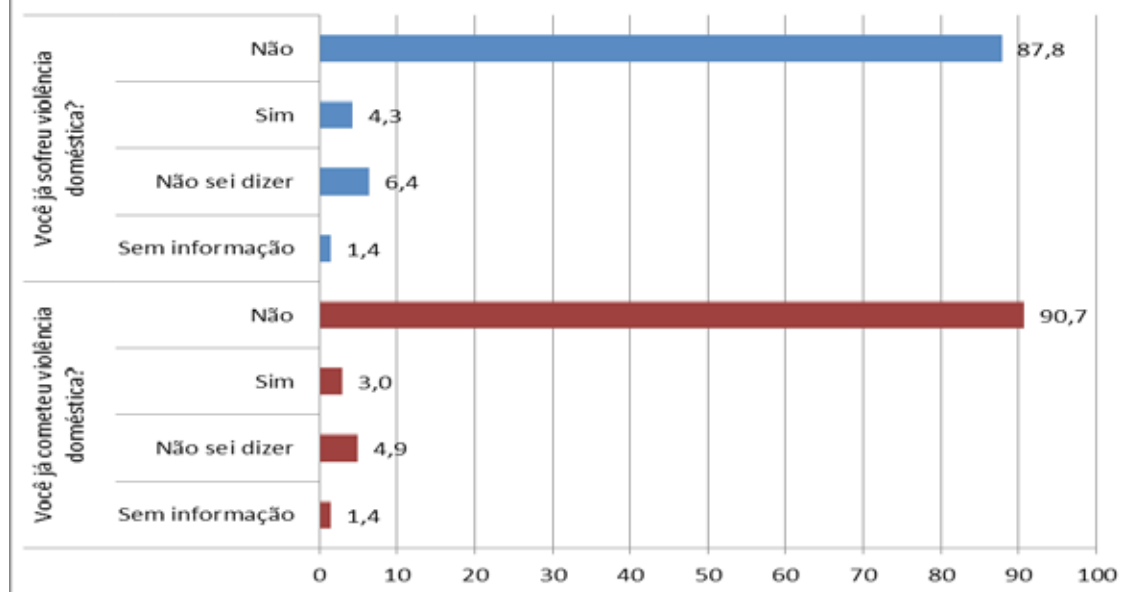
A pesquisa Instituto AVON/Data Popular apurou que 41% da população brasileira conhecem um homem que já foi violento com alguma parceira. Isso equivale a aproximadamente 52 milhões de pessoas segundo projeção do Data Popular a partir de dados da PNAD<sup>24</sup> 2012. A pesquisa apurou também que somente 16% dos homens assumem ter sido violentos com a atual ou ex-companheira, e 12% admitem violência com a companheira atual.

Finalmente, no Gráfico 5.2 é possível ver que o recurso dos/as participantes das oficinas às ferramentas de enfrentamento à violência doméstica foi muito pequeno, em proporções compatíveis com o que avaliam ter praticado ou sofrido.

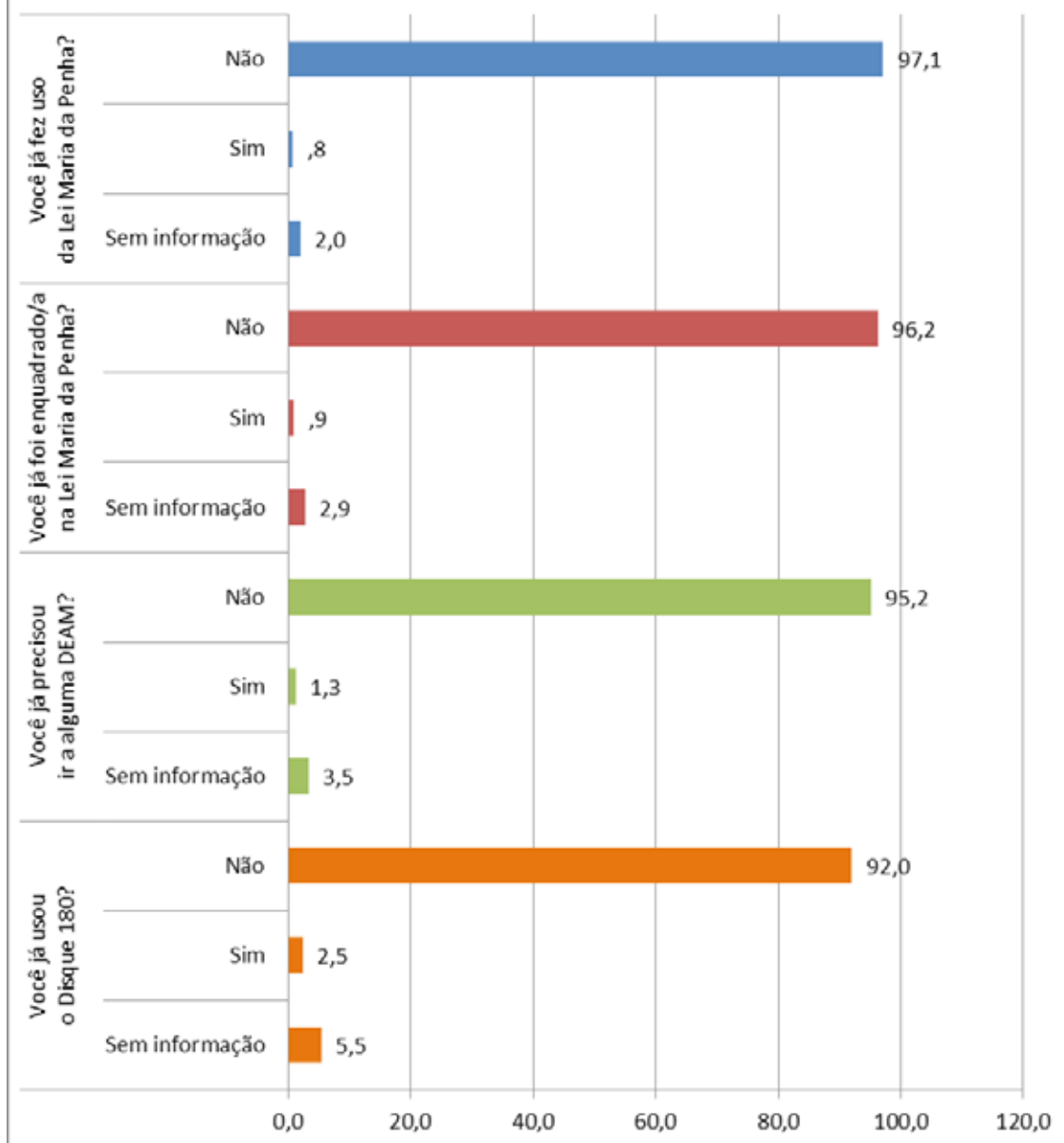


24. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

**Gráfico 5.1 – Envolvimento das pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica* com a situação de violência doméstica.**



**Gráfico 5.2 – Utilização de ferramentas de enfrentamento da violência doméstica pelas pessoas que participaram das oficinas do projeto *Graffiti pelo fim da violência doméstica*.**





NIÃO

B



# PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA



Os destaques aqui listados, válidos somente para o público pesquisado, baseiam-se em médias e resultados predominantes sobre os temas investigados. Os detalhamentos de cada tema foram apresentados ao longo do relatório, bem como a metodologia e os pressupostos conceituais e valorativos da pesquisa.

- **A homogeneidade de pensamento/conhecimento** apresentada pela pesquisa: os resultados obtidos para o conjunto das pessoas que participaram das oficinas do projeto praticamente não registram diferenças quando cruzados pelas variáveis estudadas – sexo, idade, área da cidade onde estudam (e provavelmente moram) – nem (com reservas pela fragilidade do dado) por classe de renda familiar.
- **O equilíbrio entre os sexos** observado no conjunto das pessoas que participaram das oficinas do projeto e que é incomum no público de diferentes projetos sociais. Nestes últimos há predominância absoluta de mulheres. Tendo o projeto os temas do grafite e da violência contra a mulher, hipóteses que podem ser aventadas para explicar tal resultado são: por um lado, que o equilíbrio se deva ao fato de ter sido voluntária a inclusão no projeto e por ser o grafite uma atividade tradicionalmente masculina na qual as mulheres vêm se inserindo muito recentemente. Por outro lado, a trajetória histórica, teórica e militante dos chamados “estudos de gênero” demonstra que, por décadas, falar de gênero era tão somente “coisa de mulher” ou assim pejorativamente associado. O equilíbrio a que nos referimos pode ser lido como um signo de mudança, uma percepção mais ligada ao caráter relacional fundamental para refletir sobre a violência doméstica?

## Sobre as pessoas participantes e suas famílias

- **Paternidade e maternidade precoces**, ainda que em pequena escala: apesar da pouca idade – média de 15,96 anos – e de apenas 1% ter se declarado casado/a e/ou morando junto, houve registro de 8 mulheres que já eram mães e de 10

homens que já eram pais.<sup>25</sup> O número médio de filhos para o conjunto é de 1,57 filho, sendo mais alto entre os rapazes (1,9) do que entre as moças (1,3).

- Participantes pertencem a famílias que vivem em domicílios mais densamente habitados (4,29 pessoas em média) do que os do município do Rio de Janeiro, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, e com renda familiar mensal até R\$ 2.700,00, ou até 3,7 salários mínimos nacionais (50%). No município do Rio de Janeiro, ainda segundo o Censo Demográfico de 2010, havia 77% das famílias com renda de até 3 salários mínimos da época.
- Famílias das pessoas participantes são sustentadas (65%) e administradas (82%) por uma só pessoa.
- **Importância da mulher no sustento e na administração das famílias:** a categoria “a mãe ou a madrasta sozinha” ocupa a primeira posição em ambas as funções – 30% no caso do sustento e 56% no da administração. Em se tratando do sustento, seguem-se, com igual proporção (27% cada), a dupla “pai/padrasto ou mãe/madrasta” e o “pai ou padrasto sozinho”.
- **Indícios de transformações nos papéis tradicionais de gênero no âmbito doméstico:** 14% de homens foram identificados pelos filhos/as e/ou enteados/as como responsáveis únicos pela administração do domicílio além da já referida importância da mulher como única provedora do sustento da família.
- **Evidências de novos modelos familiares:** surgimento de madrastas e padrastos em muitas respostas tanto sozinhos/as como compondo o casal responsável pelo/a respondente.
- **Importância da participação da geração anterior à dos pais e mães no sustento e na administração das famílias:** a categoria “avó/avô individualmente ou em dupla ou em parceria com outro/s membro/s da família” representa 6% dos responsáveis pelo sustento e 8% dos responsáveis pela administração dos domicílios. Trata-se da ratificação do que outras pesquisas têm apontado: a relevância das aposentadorias e pensões dos mais velhos nos orçamentos familiares de seus filhos/as adultos/as, muitas vezes sendo o estopim para a violência contra os idosos.

25. Havia 19 pessoas no total, mas para uma delas não se tinha a informação de sexo.

## Sobre conhecimento, identificação e dimensionamento do problema da violência doméstica



A grande maioria dos/as participantes das oficinas (89%) disse saber o que é violência doméstica, informação que nos faz refletir sobre a lacuna existente entre o acesso à informação e ao conhecimento e a mudança efetiva de repertórios de gênero relativos ao exercício da violência doméstica.

- A grande maioria dos/as participantes (86%) avalia a questão da violência doméstica como “muito importante”, sendo este o único resultado que apresenta diferença significativa entre rapazes e moças, sendo elas as que mais reputam tratar-se de um tema “muito importante”.
- A violência doméstica é percebida como algo que ocorre entre um amplo espectro de atores: as pessoas que participaram das oficinas sufragaram todas as alternativas disponíveis no questionário com mais de 10% cada e elegeram como as quatro primeiras: “a que ocorre entre companheiros casados e que moram juntos” (26%), “entre namorados” (17%), “entre pessoas que moram na mesma casa sendo parentes ou não” e “a violência de um homem contra uma mulher em qualquer ambiente” (13%).
- As atitudes que configuram a violência física nos relacionamentos são as mais reconhecidas como violência doméstica (59%), mas as que configuram violência psicológica também foram mencionadas: a resposta à pergunta “O que você considera violência doméstica?”, embora os dados confirmem o que outras pesquisas já apontaram – o maior reconhecimento da violência física –, mostra um percentual significativo de reconhecimento da violência psicológica (31%). Podemos considerar que a violência psicológica esteja tomando contornos a tal ponto de poder ser identificada, reconhecida e denunciada?

## Sobre a violência doméstica contra a mulher e as ferramentas disponíveis para o seu enfrentamento

- A quatro principais causas geradoras de violência contra as mulheres assinaladas pelos/as participantes desta pesquisa foram: “o homem pensa que é dono da mulher” e ciúme

(13% cada) e traição e machismo (10% cada). Ou seja, um conjunto de motivos que fazem parte de um mesmo pacote cultural que transmite e perpetua (entre homens e mulheres) ideias definidas do que é ser homem e do que é ser mulher. São motivos que se constituem em transgressões ao estereótipo do gênero feminino e levam a quebras de expectativas alimentadas pelos homens, funcionando como justificativa da distribuição desigual do poder dentro das relações e do uso da violência para “consertar” as coisas. Este resultado também corrobora o encontrado em inúmeras outras pesquisas.

- O medo, a preocupação com os filhos e a dependência financeira são percebidos pelos/as participantes como sendo as principais razões para que as mulheres permaneçam numa relação que inclui a violência. Falando do lugar de filhos e filhas, eles priorizaram as seguintes alternativas: o “medo de morrer” (16%), “os filhos” (15%), o “medo de que os filhos sofram violência e sejam mortos” (13%), a “vergonha de admitir que sofre violência” e o “medo de apanhar” (12% cada) e a “dependência financeira” (10%). Este resultado também corrobora o encontrado em inúmeras outras pesquisas.
- A Lei Maria da Penha e as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs) foram as únicas ferramentas citadas por grande parte dos/as participantes quando perguntados/as sobre “quais as ferramentas que a mulher possui para enfrentar a violência doméstica”. Em resposta estimulada na qual também apareciam as alternativas Delegacia comum, Disque 180, Advogado, Igreja, Familiares e amigos e CIAM (sem explicar a que se referia a sigla), 40% assinalaram a lei e 28% as DEAMs.
- A Lei Maria da Penha tem visibilidade, mas poucos participantes (19%) acham que a conhecem mais profundamente, e a maioria percebe que ela é uma lei nova que veio para melhorar a vida das mulheres.
- Na percepção dos/as participantes, a Lei Maria da Penha faz “as mulheres se sentirem mais confiantes para denunciar” (21%), “as mulheres conhecerem mais os seus direitos” (17%), “os homens aprenderem que violência doméstica é crime” (13%) e “os homens aprenderem que as mulheres não são propriedades deles” (12%).

- A expressão preferida para completar a frase “As dificuldades da lei Maria da penha são...” com algumas das alternativas oferecidas no questionário foi “as mulheres têm medo dos companheiros/agressores não serem presos e aumentar a carga de violência em casa” (27%), seguida da alternativa oposta “as mulheres têm medo dos companheiros/agressores serem presos” (19%). Estas respostas preferenciais espelham o drama vivido pelas próprias mulheres: o desejo de resolver a questão e o medo de suas consequências e, de outro lado, o desejo de não serem as alvos de seus companheiros, talvez com a esperança de reverter a situação. Há ainda que considerar o que muitas mulheres relataram em outras pesquisas: quando elas foram fazer a denúncia, foram informadas das consequências também de ordem econômica de uma condenação de seus parceiros, pois, no caso de funcionários públicos em geral, a punição pode incluir até mesmo a demissão por justa causa e todas as suas repercussões no sustento da família, seja diretamente ou via pensão alimentícia. As outras expressões escolhidas preferencialmente dizem de dificuldades enfatizadas na mídia com frequência: “denunciar não adianta nada” (15%) e a “lei não impede que o homem mate a mulher” (10%).
- As DEAMs, ferramentas de enfrentamento à violência contra as mulheres citadas em segundo lugar pelos/as participantes das oficinas, foram um dos dois principais eixos da política pública no setor durante vários anos, juntamente com as casas-abrigo. Sua criação foi festejada por ter o papel de prestar um atendimento diferenciado às mulheres que tinham queixas de como eram recebidas nas delegacias comuns. As DEAMs tornaram-se muito conhecidas ainda que nem sempre sejam bem avaliadas no cumprimento de sua função básica. Note-se ainda que 64% dos/as participantes das oficinas disseram saber para que as DEAMs servem, e 83% acham importante que elas existam.
- O Disque 180 foi citado por apenas 6% dos/as participantes das oficinas como ferramenta para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. Este baixo percentual contrasta com a qualidade dessa ferramenta, que, entre outras vantagens, garante o anonimato, com isso blindando as pessoas que a ele recorrem contra o medo e a vergonha que dizem sentir no momento da denúncia e facilitando a

denúncia por parte de terceiros. Complementando as indagações sobre o Disque 180, 53% dos/as participantes disseram já ter ouvido falar dele mas 56% disseram não saber para que ele serve.

## Sobre a experiência pessoal com a questão da violência doméstica

- **Conhecimento de atores envolvidos com a violência é alto:** mais da metade dos/as participantes declarou conhecer mulheres que já foram vítimas de violência doméstica (51%), homens que identificam como agressores (43%) e também pessoas que já recorreram à Lei Maria da Penha (22%).
- **Prática e/ou sofrimento pessoal da violência são baixos.** Como em outras pesquisas, o reconhecimento de outras pessoas em situação de violência é maior do que a admissão de estar nesta situação, seja como autor ou como vítima. Somente 3% disseram já ter praticado violência doméstica e 4% admitiram tê-la sofrido. Levando em consideração que as pessoas que responderam à pesquisa também identificaram como violência doméstica aquela praticada contra crianças e adolescentes, este percentual é bastante baixo, uma vez que ainda é comum em nossa sociedade a aplicação de castigos físicos e humilhantes como recursos educacionais. Somente em 26 de junho de 2014 foi promulgada a Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010), que busca coibir estes comportamentos. Uma hipótese para este baixo percentual de vítimas é a não referência no questionário a atitudes de negligência, tipo de violência cometida contra crianças e idosos, e também às já referidas dificuldades de admitir ter praticado ou sofrido pessoalmente violência doméstica.
- O recurso dos/as participantes das oficinas às ferramentas de enfrentamento à violência doméstica foi muito pequeno, em proporções compatíveis com o que avaliam ter praticado ou sofrido.





Considerando que os rapazes e moças que participaram das oficinas no projeto “Graffiti pelo fim da violência doméstica” responderam ao questionário antes de a oficina acontecer, pode-se dizer que mostraram já ter tido alguma reflexão sobre o tema da violência doméstica e já trazerem certa bagagem de conhecimento sobre este assunto. Suas respostas ratificam as dadas por homens e mulheres que participaram de outras pesquisas realizadas no país e levam ao reconhecimento de que ainda persiste uma forte cultura machista mas que alguma mudança está em curso na nossa sociedade. Em outras palavras, as mulheres, *“apesar de ocuparem novos lugares na sociedade com relação aos homens, um e outro da parceria amorosa parecem aprisionados por elos que sugerem se entrelaçar pelo endereçamento da tradição”* (CORDEIRO, 2014, p. 30).

Ao final das oficinas, os/as participantes grafitavam um mural sobre o tema como expressão do que haviam apreendido da ferramenta de expressão grafite e do tema da violência doméstica<sup>26</sup>.

No momento do fechamento deste relatório acaba de ser encerrado no Facebook o concurso para eleger o mural mais curtido, que ganhará uma releitura criada pela Rede NAMI no centro do Rio. Com mais de 120 votos a escola vencedora foi o Colégio Estadual Ignácio de Azevedo no bairro do Jardim Botânico, Zona Sul do município do Rio de Janeiro. Segundo a *time line* da Rede NAMI, a frase título escolhida para o trabalho foi: “Enquanto há respeito, há paz”, pensada a partir da declaração de uma aluna que durante o debate afirmou com propriedade: *“uma relação não vale à pena se não há respeito!”*. Nada mais adequado, portanto, do que encerrar este relatório com uma foto do mural vencedor como uma homenagem a todos os outros produzidos no âmbito do projeto.

---

26. *Em tempo: as facilitadoras das oficinas tiveram o cuidado de aplicar uma avaliação no pós oficina, dando oportunidade de responderem de outra forma a algumas das perguntas feitas anteriormente no questionário da pesquisa inicial. Nesse segundo momento, quando perguntados se já haviam sofrido violência, somente 43% disseram nunca ter sofrido, proporção que na pesquisa havia sido de 88%. Tal dado é relevante pois mostra que a oficina logrou obter a pretendida ampliação na percepção de sua concepção a respeito da violência.*



BEIRAS, Adriano. **La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapeutico para hombres que ejercen violencia en sus relaciones afectivas**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Organização de Gustavo Venturi. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 272 p. Disponível em: «[http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro\\_percepcoes/percepcoes.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf)». Acesso em: 31 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011. Disponível em: «<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/pacto-nacional>». Acesso em: 1 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011a. Disponível em: «<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>». Acesso em: 1 ago. 2013.

CORDEIRO, Elaine de Souza. **Violência contra a mulher é crime!: A lei Maria da Penha e um trabalho com agressores**. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: uma breve introdução. In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro das; COSTA, Delaine Martins. **Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs**. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madri: Instituto de La Mujer, 1995, p. 9-14.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Pesquisa Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. Instituto Avon, 2013.

INSTITUTO AVON/IPSOS. **Pesquisa Percepções sobre a violência doméstica no Brasil**. Instituto Avon, 2011.

INSTITUTO AVON/Rede NAMI. Projeto da campanha Graffiti pelo fim da violência doméstica. NAMI Rede Feminista de Arte Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

KRUG, E. G. et al. (orgs.). World report on violence and health. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

Lei nº 12.408 de 25 de maio de 2011, disponível em «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm)» Acesso em: 5 jul. 2014.

Lei nº 13010 de 26 de junho de 2014, disponível em «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm)» Acesso em 12 de jul. de 2014.

MIRANDA, Nora Edith; ANTUNEZ, Marta Suzana. Los Estereótipos de Género en las prácticas de actividades físicas y deportivas. In: **ANAIS DO VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**. 2006. Florianópolis. Disponível em: «[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/a/antunez-miranda\\_21.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/a/antunez-miranda_21.pdf)», p. 1-7.

TEIXEIRA, Marina e MÜLLER, Rita. O que pensam as usuárias sobre os Centros Especializados de Atendimento à Mulher. In: MADSEN, Nina; ABREU, Masra de (orgs.). **Tolerância institucional à violência contra as mulheres**. Brasília: CFEMEA, 2014. 255p.

UNIFEM. Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer – Parte de ONU Mujeres. Programa Integral contra Violencias de Género del Fondo de las Naciones Unidas y España para el logro de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. **Estudio sobre tolerancia social e institucional a la violencia basada en género en Colombia.** 2010. 208p.

WHO Global Consultation on Violence and Health. Violence: a public health priority. Geneva, World Health Organization, 1996. Apud: KRUG, E. G. et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

ZUMA, Carlos Eduardo. **A violência no âmbito das famílias: identificando práticas sociais de prevenção.** Rio de Janeiro: LTDS/COPPE/UFRJ e SESI/DN, 2004. Disponível em: «<http://www.noos.org.br/acervo/A-violencia-no-ambito-das-familias-identificando-praticas-sociais-de-prevencao.pdf>». Acesso em: 30 jul. 2013.













INSTITUTO  
AVON

---

*GRAFFITI*  
PELO FIM DA  
VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA